

LUCIANA NOVAES VIEIRA FERREIRA

**TROCA E RECIPROCIDADE ENTRE OS PEQUENOS PRODUTORES
RURALS DA COMUNIDADE DE MIGUEL RODRIGUES-MG**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de “Magister Scientiae”.

VIÇOSA
MINAS GERAIS - BRASIL
2001

LUCIANA NOVAES VIEIRA FERREIRA

**TROCA E RECIPROCIDADE ENTRE OS PEQUENOS PRODUTORES
RURAIS DA COMUNIDADE DE MIGUEL RODRIGUES-MG**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de “Magister Scientiae”.

APROVADA: 27 de julho de 2001.

Sheila Maria Doula

Franklin Daniel Rothman

José Ambrósio Ferreira Neto

Fábio Faria Mendes
(Conselheiro)

Maria de Fátima Lopes
(Orientadora)

AGRADECIMENTO

A Deus por me iluminar em todos os momentos de minha vida.

À professora orientadora Maria de Fátima Lopes, pelo apoio, orientação e pelas boas sugestões, que muito contribuíram para a realização deste trabalho.

Ao professor Fábio Faria Mendes, pelas sugestões que muito contribuíram para o trabalho.

Aos professores que participaram da banca examinadora Sheila Maria Doula, Franklin Daniel Rothman e José Ambrósio Ferreira Neto, pelas sugestões que muito contribuíram para a realização do trabalho.

Aos meus pais Carlos Alberto e Ana Maria, pela vida, pelo amor .

Aos meus irmãos Ana Cristina e Júnior, pelo carinho, apoio e pela eterna amizade.

Aos meus sobrinhos Rafaella e Frederico, pelo amor sincero e infinito.

À minha vó Hilma, pelas orações e pensamentos positivos, que muito me ajudou a vencer mais uma etapa de minha vida. Em especial a minha tia Ilka, pela atenção, sugestão e carinho.

Em especial ao Helder, pelo apoio, amizade, paciência, e acima de tudo pelo seu amor. Obrigada por sonhar comigo o meu sonho.

Aos eternos e grandes amigos Cynara, Ângelo e Cordélia, pela boa convivência, pela solidariedade e principalmente pela amizade sincera. O meu muito obrigada pelos momentos inesquecíveis.

A todos os funcionários do Departamento de Economia Rural, pelo carinho e presteza em todos os momentos. Em especial Graça, Brilhante, Tedinha e Paulo.

A todos os moradores de Miguel Rodrigues, pela atenção, pelo carinho e pelo fornecimento das informações necessárias para a realização deste trabalho.

Meus agradecimentos a todos que, de certa forma, contribuíram na realização deste trabalho e que eu não mencionei o nome.

BIOGRAFIA

LUCIANA NOVAES VIEIRA FERREIRA, filha de Carlos Alberto Ferreira e Ana Maria Novaes Vieira Ferreira, nasceu no dia 04 de dezembro de 1974, na cidade de Volta Redonda, RJ. Gradudou-se em Ciências Econômicas, pela Universidade Federal de Viçosa no ano de 1998. Em 1999, iniciou o Programa de Mestrado em Extensão Rural, no Departamento de Economia Rural na Universidade Federal de Viçosa.

ÍNDICE

	Página
LISTA DE TABELAS	vii
LISTA DE FIGURAS	ix
RESUMO	x
ABSTRACT	xii
1. INTRODUÇÃO	1
1.1. Considerações gerais	1
1.2. O problema e sua importância	6
1.3. Objetivos	7
2. REVISÃO DE LITERATURA	9
2.1. Agricultura familiar e sua reprodução social	9
2.2. Mercado e relações de troca	14
2.3. Capital social	21
3. METODOLOGIA	24

	Página
3.1. Estratégia de pesquisa	24
3.2. Área de estudo	26
3.3. Histórico de ocupação da área	29
3.4. Os dados	32
4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	34
4.1. Caracterização dos pequenos produtores rurais	34
4.2. Caracterização da unidade de produção	63
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	79
APÊNDICES	83
APÊNDICE A	84
APÊNDICE B	87

LISTA DE TABELAS

		Página
1	Origem social dos moradores de Miguel Rodrigues	37
2	Relação dos números de filhos dos casais de Miguel Rodrigues .	44
3	Comparação das variáveis sexo e nível de escolaridade entre os casais das famílias de pequenos agricultores do povoado de Miguel Rodrigues	48
4	Modo de ocupação ou relação com a terra das famílias de pequenos agricultores familiares do povoado de Miguel Rodrigues	52
5	Rendimentos das famílias do povoado de Miguel Rodrigues	57
6	Ocupação principal da população rural masculina de Miguel Rodrigues	58
7	Ocupação secundária da população rural masculina de Miguel Rodrigues	59
8	Ocupação principal da população rural feminina de Miguel Rodrigues	61
9	Estratificação de área dos produtores rurais do povoado de Miguel Rodrigues	64

		Página
10	Estoque de animais das famílias de pequenos produtores rurais do povoado de Miguel Rodrigues	67
11	Proporção da produção agrícola das famílias destinadas ao consumo e à venda	70
1A	Composição sócio familiar dos moradores de Miguel Rodrigues	84

LISTA DE FIGURAS

		Página
1	Localização do povoado de Miguel Rodrigues	27
1B	Rua central do povoado de Miguel Rodrigues	87
2B	Crianças do povoado de Miguel Rodrigues	88
3B	Vista parcial do povoado de Miguel Rodrigues	88
4B	Reunião da AMABAF realizada no dia 21/12/2000	89
5B	Cemitério do povoado de Miguel Rodrigues	89
6B	Moradia do povoado de Miguel Rodrigues	90
7B	Igreja do povoado de Miguel Rodrigues	90

RESUMO

FERREIRA, Luciana Novaes Vieira, M.S., Universidade Federal de Viçosa, julho de 2001. **Troca e reciprocidade entre os pequenos produtores rurais da comunidade de Miguel Rodrigues-MG.** Orientadora: Maria de Fátima Lopes. Conselheiros: Fábio Faria Mendes e Maria Izabel Vieira Botelho.

Este trabalho tem o objetivo principal analisar as formas de reprodução social, privilegiando as relações de troca, praticadas pelos pequenos produtores rurais da comunidade de Miguel Rodrigues, localizada na Zona da Mata mineira. A relação entre sistema econômico e o contexto social e cultural revela que as ações econômicas estão “embutidas” nas relações sociais, já que a sociabilidade ocorre por meio das trocas, entre parentes e vizinhos, já que os laços sociais entre os moradores garantem a sobrevivência da unidade familiar. Assim, mesmo que a economia familiar seja representada como uma instância produtiva e reprodutiva em “vias de desaparecimento”, ela consegue se reproduzir através das relações de troca baseada na amizade e confiança. A relação de troca ou empréstimo – termo local – constitui um modo específico de estratégia familiar para a reprodução social da comunidade. A princípio, as trocas ocorrem na própria família por meio do que se define como ajuda dos filhos e da esposa no trabalho da roça. A troca entre vizinhos ocorre quando há necessidade – quando alguém solicita - e o pagamento é feito com o mesmo produto e na mesma quantidade não interessando a data do pagamento. As trocas monetarizadas são feitas de forma

esporádica quando a família está passando por uma necessidade, ou seja, mediante urgência em se obter dinheiro para suprir determinadas despesas.

ABSTRACT

FERREIRA, Luciana Novaes Vieira, M.S., Universidade Federal de Viçosa, July 2001. **Exchange and reciprocity between the small rural producers from community of Miguel Rodrigues-MG.** Adviser: Maria de Fátima Lopes. Committee Members: Fábio Faria Mendes and Maria Izabel Vieira Botelho.

This work mainly objects to analyse the sorts of social reproduction, favouring exchanging relations, performed by the small rural producers from the community of Miguel Rodrigues, located in Zona da Mata Mineira. The relation between the economic system and the social and cultural context reveals that the economical actions are “insert” in social relations, as sociability occurs by means of exchanges between relatives and neighbours, as social relationships between the latter guarantees the survivor of the family unity. Therefore, even though the family economy is presented as a productive and also reproductive instance, in the verge of disappearance, it manages to reproduce itself through the exchange relations based on friendship and trust. The exchange relation or loan – a local term – constitutes in a specific way of family strategy for the social reproduction of the community. At first, the exchanges occur in the family itself by means of what we define as children s and wife s help in the tract of newly cleared land. The exchange between neighbours happens when it is necessary – or when

somebody asks for it – and the payment is done with the same product and in the same quantity, no matter what the payment date is. The exchanges with money are done sporadically when the family is in need, it means, due to urgency in getting money to afford some expenses.

1. INTRODUÇÃO

1.1. Considerações gerais

A construção de usinas hidrelétricas (UHEs) implica em profundas modificações no relevo, no solo, na disposição e qualidade da água nos locais do barramento e no entorno, que, por sua vez, podem repercutir diretamente sobre as formas de reprodução social das famílias localizadas nas áreas atingidas (VIEIRA, 1998). Os efeitos gerados pelas construções das UHEs sobre as comunidades atingidas podem ser causados diretamente, ou ser consequência das transformações ambientais. Os principais impactos ambientais são os seguintes: perda de terra e da fauna, alagadas pelo reservatório da barragem, assoreamento dos rios e perda da fertilidade dos solos a jusante e transmissão de doenças infecciosas. A cadeia de problemas ambientais criados tende a interferir na reprodução social dos camponeses ou pequenos produtores atingidos.

Os impactos/efeitos gerados pelas UHEs traduzem-se em novas configurações, no que diz respeito à organização familiar das unidades produtivas, em função dos aspectos geográficos que foram modificados e na divisão social do trabalho, ocasionadas pela mudança da atividade produtiva. Em suma, resultam das diversas e diferentes transformações do modo de vida no qual cada unidade produtiva se defronta, já que o produtor agrícola está atrelado ao

uso da terra, do rio e de outros recursos naturais que serão “utilizados” pela construção de barragens.

Os termos efeito e impacto gerados pela construção da UHE, foram problematizados pela Comissão Regional de Atingidos por Barragens (CRAB), ao relacionar a idéia de que o significado de efeito está associado a um tempo mais duradouro, que se inicia com o anúncio da obra e segue até o fim da vida útil da usina. Assim, entende-se por “efeito” as transformações econômicas, sociais, culturais e ambientais ocorridas em virtude da construção de hidrelétricas, que são decisivas para a vida toda e indicando o termo “impacto” como associado a uma noção de tempo curto, quase instantâneo. O processo social, as mudanças sociais ligados aos projetos de construção de barragens, são tanto de curto prazo – impacto – quanto de médio e longo prazo – efeito. Para tanto, optou-se por trabalhar com ambos os termos (impactos e efeitos), à medida em que o estudo descreve o momento pelo qual os pequenos produtores rurais enfrentam a realidade de deixarem suas terras como também o local de moradia no qual foram criados.

Segundo MÜLLER (1995), há dois tipos diferentes de impactos sociais causados pela construção das Usinas Hidrelétricas (UHEs): O primeiro refere-se à desestruturação social da comunidade, com a chegada de um grande número de pessoas que estão ligadas à obra. O segundo é decorrente da desapropriação das famílias residentes nas áreas a serem inundadas, o que modifica os sistemas econômicos e culturais preexistentes. Tal situação abrange não só a população a ser deslocada como também as localidades mais próximas, que podem perder suas relações com parentes e vizinhos o qual representam um modo específico de organização social e econômica do povoado a ser atingido. Os locais que recebem os atingidos são alterados na medida em que têm aumentados a demanda por terras, serviços e mercados. Embora Müller utilize em seus estudos a “desestruturação social” como impacto – curto prazo – a definição de efeito é a que melhor se adequa por considerar, conforme já mencionado, a “desestruturação social” como médio e longo prazo já que tais projetos vão gerar enormes conseqüências sobre o estilo de vida da população atingida.

Entende-se por população diretamente atingida, de acordo com o 1º Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens, todos aqueles que sofreram modificações nas suas condições de vida. O Setor Elétrico (que engloba agentes do Estado, empresa privada dentre outros), ao contrário, embora não haja consenso entre todos os agentes que o compõem, considera apenas aqueles que terão de desocupar suas terras, sendo estes indenizados como forma de minimizar seus prejuízos. Entretanto, vale ressaltar que o deslocamento da população atingida representa também perdas materiais e simbólicas, em que o processo de indenização não irá permitir a reposição dos bens materiais (terras, casas, culturas) e dos valores simbólicos que asseguram o modo de vida da população afetada. Nesse contexto, ROTHMAN (1999) menciona que o impacto sociocultural não significa apenas perdas materiais (terras férteis e mão-de-obra investida), mas também perdas sociais e culturais, como o rompimento nas relações de parentesco e de vizinhança e as mudanças dos costumes e tradições.

Assim, perder a terra significa perder o local para o plantio, como também a memória, o sentimento, o patrimônio para os filhos, a segurança para a velhice, enfim, a perda do local que garante a reprodução social da comunidade, tanto material quanto simbólica.

A “expropriação social” – separação dos produtores agrícolas dos meios de produção - da população resulta na principal consequência que afeta os diferentes grupos sociais de atingidos. O deslocamento forçado das populações representa, de acordo com CEMEA (1991), um tipo de rompimento social profundo que sempre ocorre em projetos de desenvolvimento como a construção de barragens, parques industriais dentre outros. Portanto, a expulsão daqueles que habitam as áreas a serem inundadas implica numa reorganização espacial, na qual a população atingida é deslocada para outras localidades.

No caso dos agricultores familiares, a implementação das UHEs repercute diretamente e indiretamente em suas atividades produtivas na medida em que são forçadas a se deslocar para outras áreas gerando, segundo MÜLLER (1995:50), “... *uma desestruturação das relações sociais e dos processos produtivos tradicionais*”. O deslocamento da população pode implicar alterações

em um espaço social culturalmente organizado, através dos hábitos, costumes e das relações de parentesco, vizinhança e amizade.

A amplitude dos impactos socioculturais causados pelas UHEs não abrange, de maneira homogênea, as várias comunidades atingidas. Isso porque a diversidade cultural - a organização sociofamiliar, a distribuição do trabalho na família (homem, mulher e filhos), as tradições, os costumes, a organização política comunitária, entre outros - são bastante próprios, a cada grupo, em diferentes regiões.

Vale ressaltar que, mesmo quando as comunidades atingidas possuem a mesma raiz étnica, os mesmos fatores geradores da colonização, estas possuem peculiaridades próprias. Desse modo, segundo MÜLLER (1995), não se pode generalizar os impactos causados pelas UHEs, considerando a diversidade cultural existente nas comunidades. Assim, a reação da comunidade frente aos impactos/efeitos gerados, depende da cultura, do ciclo de vida, da história, da escolha de herdeiros no processo de transmissão e de acesso a terra em que no “dar” e “receber” a terra garante a reprodução social do grupo, das bases de sustentação econômica, das épocas e até mesmo da conjuntura política da comunidade.

Existe uma lacuna na literatura acerca dos impactos sócio- culturais de barragens no que se refere aos impactos de pequeno e médio porte. De acordo com ROTHMAN (1999), o BIRD considera os impactos como “grandes” quando deslocam mais de 20.000 pessoas, sendo este o motivo de maior preocupação e relevância. Entretanto, vale ressaltar que a grande maioria das barragens que estão sendo planejadas e, ou, construídas, são de escala menor, que implicam na continuação de grandes impactos sociais e ambientais pelos seus efeitos negativos cumulativos de um grande número de barragens “pequenas” e “médias”.

As explicitações dos diversos impactos/efeitos gerados pela construção das UHEs favorecem a construção do objeto proposto neste estudo nos seguintes termos: analisar as principais formas de reprodução social na população a ser atingida pela barragem, tendo como base as relações de troca especificadas. Ou

seja, como essas relações na pequena produção podem revelar aspectos do mercado monetarizado, pessoalmente, constituem e são constituídas pela troca. Sociedades modernas, bem como sociedades de tradição, apresentam relações de trocas pessoais e impessoais. Nessa perspectiva – as trocas, enquanto categoria próprias do mercado e das atividades cotidianas do pequeno produtor é definidora de relações sociais – desenhando-se, assim, o eixo estruturante deste trabalho.

A economia familiar é representada, nos diferentes documentos e por diferentes atores do contexto de construção de barragens, como uma instância produtiva e reprodutiva em “vias de desaparecimento”. A agricultura familiar não teria condições de se reproduzir em função do baixo nível tecnológico empregado na produção, na escassez de terras e, especialmente, por não produzir em quantidade suficiente para o mercado. Sob a ótica dos proponentes da construção da UHE, a relação da agricultura familiar com o mercado é vista como precária, o que inviabiliza a reprodução social do grupo. Essa precariedade justificaria a viabilidade da construção da UHE de Fumaça na Zona da Mata Mineira. As comunidades locais, por sua vez, vêem o processo da construção da barragem como uma perda tanto material (meios de produção), quanto simbólica (relações de identidade coletiva, de parentesco, vizinhança). O grau de interação entre agricultura familiar e o mercado ou entre agricultura familiar e as relações pessoais (parentesco, vizinhança) constituem um dos argumentos centrais nos impasses entre atingidos e os proponentes da construção de barragens apontados nos documentos que acompanham diversas fases do processo de licenciamento ambiental. Esses argumentos traduzem a maneira como os diferentes atores envolvidos no processo de licenciamento ambiental caracterizam ou percebem as perdas materiais e simbólicas da economia familiar. A nível de discurso, há uma ênfase na minimização dos impactos relacionados à economia familiar e, paralelamente, uma maximização dos benefícios do empreendimento. Parte dessa ênfase justifica-se pelo grau e pela forma de inserção dos agricultores no mercado de bens e serviços.

O equacionamento entre os pequenos produtores rurais que optam pela inserção no mercado e por aqueles que estão apenas fundados nas relações de troca pessoais, pode revelar como os pequenos produtores experimentam uma ou outra, como também definir o modo de organização da produção familiar juntamente com as expectativas sociais de seus familiares. A reprodução social da economia familiar torna-se possível através das relações sociais que estabelecem modelos de trocas bem específicos. Nesse sentido, esse trabalho assume que as relações pessoais facilitam até mesmo a comercialização dos produtos que estão fundados em mercados monetarizados.

Dentro desse contexto, torna-se necessário contextualizar o problema em um referencial teórico que substancie o objeto da investigação. Para tanto, a literatura utilizada interliga os seguintes temas: a agricultura familiar e sua estratégia de reprodução social; a concepção de mercado na perspectiva da economia clássica em contraposição com a perspectiva da sociologia econômica que ressalta o sistema econômico como “embutido” nas relações sociais e o capital social no mundo moderno, demonstrando um maior desempenho econômico em regiões onde os indivíduos estão “imersos” em uma rede de solidariedade e confiança.

1.2. O problema e sua importância

Os “impactos” socioeconômicos e culturais gerados pela construção de barragens ameaçam a condição econômica e o modo de vida dos pequenos produtores em sua reprodução como segmento social, dotado de uma cultura ou subcultura que lhe é específica. Entretanto, o discurso adotado pelas concessionárias e pelos proponentes da implementação das barragens, têm como principal referência o modelo de modernização, em que a produção do pequeno produtor é caracterizada pela agricultura de subsistência, e as técnicas, os hábitos, e os costumes tradicionais precisam ser transformados, modernizados e integrados ao mercado.

Os Estudos e Relatórios de Impacto Ambiental – EIA, RIMA - não levam em consideração que as relações de troca de bens entre parentes e/ou vizinhos é uma outra forma legítima constituinte das estratégias eleitas para garantir a sobrevivência da agricultura familiar. Presente no RCA (Relatório de Controle Ambiental) da UHE de Fumaça as considerações sobre troca e inserção no mercado caracterizam a comercialização dos produtos como realizadas de forma não sistemática, não contabilizadas no cálculo dos rendimentos mensais, sendo portanto, um aspecto irrelevante.

Mediante os diferentes impactos/efeitos socioculturais causados pela construção das UHEs, e ciente que esses refletem de forma direta e diversificada tanto na história individual (família, terra), quanto na história coletiva (vizinhos, relações de amizade) dos pequenos produtores rurais, é que pretende-se analisar como se configuram as relações de troca na reprodução social dos pequenos produtores rurais no contexto das perdas materiais e simbólicas advindas com a construção da barragem. Parte-se do pressuposto básico que as relações sociais é que estabelecem as relações econômicas de troca, que podem ser tanto monetárias quanto simbólicas.

Percebe-se que o discurso dos proponentes da construção de barragens acerca da agricultura familiar, se restringe apenas à sua capacidade de produção para a subsistência da família. Diante do exposto, estudar as relações de troca, pessoais e impessoais, seja para refutar, confirmar ou corroborar com o discurso acerca da agricultura familiar presente no RCA, bem como pelo discurso dos outros agentes que compõem o cenário dos projetos de licenciamento ambiental, apresenta-se como uma reflexão rentável.

1.3. Objetivos

O objetivo norteador deste trabalho é analisar as formas de reprodução social praticadas pelos pequenos produtores, privilegiando as relações de troca e mercado, no contexto das comunidades atingidas pela construção da UHE de Fumaça. A questão central será analisar qual o lugar e o significado da troca para

os moradores de Miguel Rodrigues, fazendo um mapeamento das diversidades de troca ocorridas no contexto dos pequenos produtores rurais atingidos pela construção da UHE de Fumaça.

Especificamente, pretende-se analisar como se estruturam as relações de troca propriamente mercantis e não mercantis entre os pequenos produtores da área a ser atingida; identificar e descrever o funcionamento das relações de troca monetarizadas no mercado de bens, e finalmente identificar e descrever o funcionamento das relações de troca ocorridas no universo familiar, nos grupos de parentesco e na vizinhança.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1. Agricultura familiar e sua reprodução social

As reflexões teóricas acerca da agricultura familiar apresentam uma série de diferenciações e particularidades, que torna difícil homogeneizá-los, enquanto categoria (LAMARCHE, 1993). De acordo com o ambiente e contexto histórico, a agricultura familiar possui questões singulares que a cercam, como também, similaridades que são capazes de explicar suas estratégias de reprodução.

Embora o conceito de agricultura familiar manifeste certas características de diversidade e diferenciação, TEDESCO (1999) e LAMARCHE (1993) em seus estudos sobre a agricultura familiar, mencionam a existência de elementos comuns que permitem favorecer a construção de certos formatos tipológicos. De acordo com o primeiro autor:

“... alguns elementos da generalidade do conceito permitem lhe dar atributos comuns: a família como proprietária dos meios de produção, o trabalho na terra, modalidade de produção e manifestação de valores e tradições (patrimônio sócio cultural), em torno da e para a família” (TEDESCO, 1999:11).

LAMARCHE (1993:19), ao fazer uma introdução a vários estudos acerca da agricultura familiar em várias localidades do mundo, analisa a agricultura familiar como um grupo social estreitamente associado à família e a produção,

“... mas que se diferenciam uns dos outros por sua capacidade de se apropriar dos meios de produção e desenvolvê-los”.

SUÁREZ e LIBARDONI (1992) ao avaliarem os programas de agricultura familiar no Brasil, mencionam que a agricultura familiar é organizada com base na relação de parentesco que configura um espaço onde a satisfação das necessidades básicas é garantida pela produção familiar, por meio da força de trabalho de todos, ou de alguns membros da família. Em geral, a agricultura familiar é caracterizada pela manutenção dos meios de produção ao mesmo tempo que os membros da família trabalham no estabelecimento rural. Mediante as diferentes formas de produção agrícola, dentro das pequenas unidades rurais, que são asseguradas pela exploração familiar, é que se caracteriza como um grupo social heterogêneo. A heterogeneidade da pequena produção pode ser explicada pelos diferentes e variados graus de adaptação e reprodução das explorações familiares num mesmo local, pois cada unidade familiar opera de forma diferenciada com os níveis econômicos, tecnológicos, políticos, relações de trabalho disponíveis em cada momento/espaço histórico ou social (CERQUEIRA, 1993). Por este motivo, e para se ter uma maior compreensão sobre a agricultura familiar, foi necessário retomar a outro conceito mais próximo e que em muitos momentos se confundem: o campesinato. Segundo MOURA (1986), o campesinato é um conceito de grande força histórica, que marcou presença na contestação da sociedade feudal européia pela luta da terra por parte da população trabalhadora.

Para explicitar o conceito de camponês, tomo como ponto de partida as reflexões de Shanin que orientou vários outros autores, como Abramovay, em seus estudos. Shanin citado por PERONDI (1999) e KIYOTA (1999), define o campesinato em quatro características interdependentes. A primeira refere-se *“a propriedade rural familiar como unidade básica da organização social e econômica”*, no qual o trabalho familiar na roça compõe o ponto chave para suprir as necessidades de consumo da família e pagamento das dívidas. A propriedade rural/roça representa a unidade mais importante que deve ser pensada como espaço de produção, consumo, reprodução social, identidade,

prestígio, sociabilidade e bem estar dos pequenos produtores rurais. KIYOTA (1999:5) ao estudar tais características de Shanin menciona que, “*os camponeses estão envolvidos no intercâmbio diário de bens e nos mercados de trabalho, contudo, sua ação econômica está estritamente entrelaçada às relações sociais extra-mercado*”.

A segunda característica refere-se ao “*trato da terra como principal meio de vida*”, onde a relação com a natureza aparece como aspecto fundamental para a vida das pequenas unidades de produção, os ciclos sazonais, influenciando a vida da família, e, conseqüentemente, os acontecimentos familiares, já que estes dependem da boa dinâmica da lavoura.

A terceira característica está relacionada com os “*padrões culturais específicos ligados ao modo de vida de uma pequena comunidade/vizinhança rural*”. O contexto - pequena comunidade - no qual cada produtor está inserido, faz com que a maior parte das necessidades de vida e reprodução social possam ser atendidas. A cultura camponesa, mediante as normas socialmente determinadas, apontam para algumas tendências características para tal grupo, tais como as normas particulares de herança, de solidariedade, de exclusão, a importância das atitudes tradicionais, dentre outros. A esse respeito, ABRAMOVAY (1992) afirma que os camponeses são membros de uma sociedade parcial com uma cultura parcial. Segundo o autor, a parcialidade não significa isolamento, mas um conjunto de normas próprias e específicas capazes de estruturar a vida do camponês. Assim, a vida em comunidade, os vínculos personalizados entre indivíduos, as regras coletivas determinantes do uso dos fatores produtivos e do consumo representam um modo de vida que formam uma cultura específica.

E, finalmente, “*a situação oprimida, isto é, a dominação e exploração dos camponeses por poderosas forças externas*”, na qual os camponeses se vêem afastados das fontes sociais do poder.

O estudo sobre campesinato desenvolvido por Shanin, permitiu uma maior compreensão acerca das características econômicas, sociais e culturais do

campesinato que, em muitos aspectos, se assemelham aos pequenos produtores rurais atingidos pela UHE de Fumaça-MG.

A reprodução no contexto rural dos pequenos proprietários não se restringe apenas à produção de um excedente material, mas também às condições sociais específicas da sua existência. TEDESCO (1999) acrescenta que a reprodução social e econômica da agricultura familiar é sustentada por uma base material e social específica, como também, no modo de inserção no meio físico e econômico. Para ABRAMOVAY (1992), o processo de reprodução ocorre em torno da família, que é o ponto de fusão entre a unidade de produção e a de consumo. A organização econômica interna funciona através das vendas dos produtos de seu trabalho e da compra de elementos necessários à sua reprodução, pois é no mercado - seja ele fundado em trocas impessoais ou pessoais - que a sociabilidade camponesa se constitui. Assim, embora a sociedade camponesa se organize em torno de códigos sociais próprios - que escapam à razão estritamente econômica - ela se relaciona com o mundo exterior, também através dos vínculos econômicos dados pela venda de mercadorias. Entretanto, caracterizar o camponês como produtor de mercadorias seria errôneo na concepção de ABRAMOVAY (1992:103), pois a idéia de produção simples de mercadorias exige a formação de um mercado competitivo que supõe laços impessoais entre os agentes econômicos. Para o autor,

“os mecanismos pelos quais as vendas de produtos se confundem com um conjunto de prestações pessoais [...] indicam justamente a maneira incompleta, parcial com que os mecanismos de mercado atuam e, portanto, os limites da própria razão econômica no funcionamento das sociedades camponesas.”

Uma outra perspectiva de análise sobre reprodução social do camponês ou da pequena produção, se encontra em Chayanov citado por KERBLAY (1976), que em sua teoria analisa o processo de reprodução camponesa através da relação de equilíbrio entre produção e consumo, que não é necessariamente fixa pois, o equilíbrio dependerá da quantidade de trabalho que varia conforme o tamanho da família dentre vários outros fatores. Assim, no meio rural a atividade econômica é dominada pela exigência de satisfazer as necessidades de uma única unidade de produção, que é ao mesmo tempo, a própria unidade de consumo.

Chayanov, ao formular sua teoria sobre um tipo específico de economia – unidade familiar camponesa - afirma que o camponês provido de terra e trabalho familiar, não produz lucro capitalista por não existir diferença do valor criado entre os custos e o valor de excedente da produção. Tal situação pode ser exemplificada por uma família de camponeses que trabalha no cultivo da terra com a própria mão-de-obra familiar e recebe, como resultado de seu trabalho, uma certa quantia de bens que servem para garantir a subsistência da família. Contudo, o equilíbrio entre trabalho e consumo de Chayanov, não considera aspectos exteriores à unidade familiar. A visão de Chayanov, como economista, prioriza os aspectos econômicos independente das condições exteriores. A contribuição de Chayanov foi fundamental para que se perceba que o campesinato possui uma lógica econômica. A família, na visão do autor, é uma unidade econômica ocupada em reproduzir seus fatores de produção. As relações de trabalho no grupo doméstico é o ponto central de sua teoria, já que as relações internas à família são vista apenas como relações de trabalho.

ABRAMOVAY (1992), ao analisar a teoria do campesinato de Chayanov, menciona que o ambiente social é analisado de maneira insatisfatória. A idéia central de ABRAMOVAY (1992:101), é que os economistas não analisam o conjunto do ambiente social em que a vida camponesa se desenvolve. Sua crítica pode ser resumida a:

“racionalidade econômica do campesinato é necessariamente incompleta porque seu ambiente social permite que outros critérios de relações humanas (que não os econômicos) sejam organizadores da vida.”

Concorda-se que a economia familiar exige outros critérios para explicar as condições de vida do grupo de pequenos produtores rurais, mas esta dissertação problematiza a afirmação de que a “racionalidade econômica do campesinato é necessariamente incompleta”. O significado do que é “racionalidade”, na perspectiva do modelo hegemônico de economia, pode apresentar e significar uma outra forma constituinte de racionalidade.

Consciente da diversidade teórica que analisa os modelos de agricultura familiar e sua forma de reprodução social, este trabalho privilegia as relações de troca mercantis impessoais/pessoais ou não, como forma de garantir a

sobrevivência da população de atingidos pela UHE de Fumaça no povoado de Miguel Rodrigues na Zona da Mata Mineira. Pretende-se analisar as relações de troca nesse grupo. Para tal, apresenta-se diferentes perspectivas teóricas que tratam as trocas como categoria analítica do/no mercado e das/nas relações sociais dos pequenos produtores rurais.

2.2. Mercado e relações de troca

Na concepção da economia clássica, o mercado pode ser caracterizado como uma instituição na qual ocorrem as trocas de bens econômicos. De acordo com LABURTHE-TOLRA e WARNIER (1999:346), a palavra mercado significa na definição formalista “... *espaço onde se encontram uma oferta de bens e serviços de um lado e uma demanda solvível por ajuste monetário do outro*”. Fraser, citado por BELSHAW (1968), menciona que existe um mercado para cada classe de mercadoria, e que o preço unitário que os compradores/vendedores pagam/oferecem é afetado pela decisão dos outros. O mercado perfeito, para essa concepção, é caracterizado quando “*cada comprador tem pleno conhecimento, e a habilidade de usá-lo, do que cada vendedor está pedindo, e que cada vendedor tem pleno conhecimento, e a habilidade de usá-lo, do que cada comprador está oferecendo...*” (Fraser citado por BELSHAW, 1968:18). Entretanto, segundo SMELSER (1968), nem todas as condições reais de mercado se aproximam do modelo de competição perfeita. Alguns agentes podem chegar a posições de poder, no qual influenciam as condições de produção e de preço de outros agentes existentes no mercado. Tal situação é denominada de mercado imperfeito.

Esse mercado também é caracterizado como um sistema que produz preços auto-reguladores. Neste caso, a interação entre compradores e vendedores é estritamente impessoal por não considerar fatores como parentesco, prestígio, status, emoção, ou qualquer outro fator além do comprador e, ou, vendedor (BELSHAW, 1968). As mercadorias – objetos produzidos para venda no mercado – e os mercados são definidos como contratos reais entre compradores e

vendedores. Tal abordagem sobre uma economia de mercado auto-regulado perdurou no mundo científico por muito tempo, ao supor que toda troca de bens e serviços ocorre em um mercado definido conforme os critérios econômicos de lucro e preço, dentre outros. Ainda no que se refere ao mecanismo auto-regulador de mercado, vale ressaltar que o comportamento do indivíduo é originário da expectativa de atingir o máximo de ganhos monetários. Tal concepção pressupõe, conforme POLANYI (2000: 89):

“... mercados nos quais o fornecimento dos bens disponíveis a um preço definido igualarão a demanda a esse mesmo preço [...] A produção é controlada pelos preços, pois lucros daqueles que dirigem a produção dependerão dos preços.”

Por outro lado, a sociologia/antropologia da troca estruturam seus estudos ao argumentar que os aspectos não-econômicos da vida social influenciam os atos econômicos em todas as instâncias de produção, distribuição, troca, consumo de bens e serviços.

Tanto POLANYI (1992), quanto SAHLINS (1972), defendem a teoria substantivista da economia que é diferenciada da economia clássica formal, ao destacarem que toda troca é material e simbólica. Tais autores argumentam que as economias sem mercado - não industrializadas, onde o mercado ou é ausente, ou não possui posição de destaque - são controladas pelas relações de parentesco, pela expressão moral, pela obrigação religiosa. As relações sociais que se estabelecem no interior do grupo familiar tanto quanto na comunidade de atingidos podem ser pensadas/vistas como realizadas pelas formas de integração: reciprocidade, redistribuição e troca. Polanyi utiliza tais formas de integração para investigar as economias empíricas do passado e do presente. Já Sahlins, utiliza os mesmos termos, propondo uma estratégia para o estudo específico das economias primitivas, a partir da conexão entre os fluxos de bens materiais e relações sociais.

Polanyi fundamenta sua teoria ao sugerir que a distribuição das atividades econômicas é estruturada em três princípios fundamentais de troca: reciprocidade, redistribuição e troca de mercado. Os dois primeiros são dominantes na reprodução das sociedades primitivas e tradicionais. Eles ocorrem

em contextos nos quais os favores e a contraprestação obrigatória são dominantes. A reciprocidade e a redistribuição consistem em dois princípios de comportamento que não estão associados basicamente à economia. À medida que o sistema de mercado se expande, a relação de troca entre os atores fica cada vez mais impessoalizada, mediante a conduta de maximização dos próprios interesses. De acordo com BELSHAW (1968), o mercado, enquanto sistema de intercâmbio de mercadoria, pode funcionar por meio da interação impessoal entre compradores e vendedores, sem considerar fatores como parentesco, prestígio, status etc., representado pelo terceiro princípio de Polanyi, a troca de mercado.

SAHLINS (1972) utilizou os mesmos termos de Polanyi: reciprocidade, redistribuição e troca, onde a reciprocidade é citada como a relação entre a ação e a reação entre duas partes de um mesmo grupo, como, por exemplo, a família, que é regida pela relação de solidariedade. O cálculo econômico, o pagamento de preços e salários dão espaço para o fornecimento de bens e serviços, no qual o único princípio de cálculo é que a longo prazo, os bens e serviços dados e recebidos “devem se compensar”. Para o autor a reciprocidade se impõe ao espírito de negócio, fora da comunidade (oposição aos estranhos, e aos não parentes) pode haver a “guerra de todos contra todos”. POLANYI (2000) acrescenta o princípio de reciprocidade de Sahlins, ao afirmar que esta reciprocidade está diretamente relacionada à família, e ao parentesco. Tal princípio consiste em “salvaguardar” tanto a produção quanto a subsistência familiar.

WOOTMANN (1995), ao fazer uma análise sobre a teoria de parentesco, menciona que a reciprocidade constitui uma espécie de contrato imposto a cada grupo doméstico. Mesmo que esse “contrato” seja expresso em uma linguagem de solidariedade, o parentesco surge como um sistema de repressão. Nessa mesma perspectiva teórica, Chayanov citado por WOORTMANN (1995), afirma que o contrato existente entre os parentes significa paz entre eles:

“No entanto, os laços domésticos não são livres de conflitos com as relações de parentesco, mas essa contradição não é visível, pelo contrário, é obscurecida pelas obrigações de sociabilidade, expressas na ideologia de parentesco, enquanto ideologia de reciprocidade” (WOORTMANN, 1995:87).

O princípio da redistribuição serve para beneficiar toda a comunidade, em todos os aspectos (sociais, culturais, religiosos e econômicos). Para o autor, ela é uma tendência que serve para efetivar a troca, seja ela material ou simbólica, englobando as relações de parentesco, vizinhança e amizade. O cálculo da redistribuição é baseado na justiça, na qual as pessoas recebem aquilo que realmente merecem. A idéia de redistribuição para Polanyi consiste na partilha do produto com as pessoas da comunidade. No mundo moderno, pode-se inferir que o princípio de redistribuição prevalece até o ponto em o que se dá hoje é recompensado pelo que se toma amanhã. Contudo, o verdadeiro princípio da redistribuição se dá quando existe um intermediário que recebe e distribui os suprimentos, em comunidades que possuem uma chefia em comum, ou em sociedades tribais, dentre outros exemplos. Para POLANYI (2000), ambos os princípios – reciprocidade e redistribuição - garantem o funcionamento do sistema econômico sem precisar de uma administração mais complexa. Assim, tais princípios podem ser melhor estudados através da análise dos sistemas políticos, de parentesco e de estratificação, ao invés da análise econômica tradicional. Os princípios de reciprocidade e, ou, redistribuição sustentaram todos os sistemas econômicos até o fim do feudalismo na Europa Ocidental. De acordo com POLANYI (2000), os costumes e a lei, a magia e a religião colaboraram para induzir o indivíduo a cumprir regras de comportamento, as quais, garantiam o funcionamento do sistema econômico.

O princípio da troca é orientado pela racionalidade do ganho individual. Assim, com a expansão do mercado, as trocas passam a ser mais impessoais à medida que os atores lutam pela maximização de seus próprios interesses. A permuta, a barganha e a troca constituem um princípio de comportamento econômico que depende do padrão de mercado – local de encontro para permuta, compra e venda – para sua efetivação. Os preços não são estipulados pelo grau de interação, mas sim, pela negociação em busca da vantagem econômica (SMELSER, 1968). Segundo COSTA (1999), a expansão dos mercados nas economias tradicionais possibilitou a criação de tensões antes inexistentes, já que

a troca de bens e serviços passou a ser orientada pelo ganho individual. Nesse sentido POLANYI (2000:77) relata:

“[...] em vez da economia estar embutida nas relações sociais, são as relações sociais que estão embutidas no sistema econômico. [...] O sistema econômico é organizado em instituições separadas, baseado em motivos específicos e concedendo um status especial. A sociedade tem que ser moldada de maneira tal a permitir que o sistema funcione de acordo com suas próprias leis. Este é o significado da afirmação familiar de que a economia de mercado só pode funcionar numa sociedade de mercado.”

Como forma de acrescentar as idéias de Polanyi e de Sahlins sobre os princípios que fundamentam as relações sociais, torna-se necessário fazer um leve comentário a respeito do conceito de dádiva, já que Mauss trata os interesses econômicos ou materiais como secundários. CAILLÉ (1998), ao fazer uma análise sobre o livro “Ensaio da dádiva” de Mauss, relata que a dádiva é livre e obrigatória. Obrigatória porque não se dá qualquer coisa a qualquer pessoa, num momento qualquer, ou de qualquer modo, sendo os momentos e as formas da dádiva de fato socialmente instituídos. Livre por que se tratasse de um mero ritual ou de um ato mecânico, a dádiva não ocorreria pois ela só adquire sentido numa certa atmosfera de espontaneidade. Segundo o autor, é preciso dar e retribuir. Por outro lado, o conceito de dádiva não pode ser aplicado nem confundido com o princípio de redistribuição. A redistribuição, segundo Polanyi e Sahlins, supõe a emergência de um “centro redistribuidor” através da verticalização das relações sociais, ao contrário da dádiva que permite a partilha com paridade entre terceiros.

GODBOUT (1998:43) ao estudar as questões do paradigma da dádiva de Mauss, relatou que o movimento da Socioeconomia introduziu um novo paradigma “... é o que Etzioni chama de paradigma do “eu e nós”, que significa que cada indivíduo possui um sentimento de identidade compartilhado com outros”. Para Godbout, o novo paradigma reintroduziu a dimensão social, já que os agentes sociais não agem somente em função de seus interesses, mas em função de normas e valores. De acordo com Etzioni, citado por GODBOUT (1998:43);

“Os atos sociais refletem um imperativo, uma generalização, e uma simetria quando aplicados aos outros [...] repudiam a racionalidade instrumental que inclui a consideração de custos e benefícios [...]”.

Nessa mesma linha teórica da sociologia econômica, SMELSER (1968), relatou que, mesmo em sociedades dominadas pelo mercado, existem diferentes formas de troca que não levam em consideração as categorias econômicas clássicas de oferta e procura, preço, juro, lucro, renda e cálculo racional de rendimento econômico. Um exemplo típico são as “praças de mercado” que são definidas por LABURTHER-TOLRA e WARNIER (1999), como um espaço para trocas de bens e serviços entre parentes e vizinhos. Tal espaço, segundo estudos antropológicos, constituem possibilidades para a manutenção das organizações produtivas, assim como revela a importância das relações de solidariedade entre parentela e vizinhança. Assim, nem todas as formas de intercâmbio (troca) possuem motivações cujo interesse econômico seja dominante.

Chayanov, ao formular a teoria do camponês como um tipo específico de economia, menciona que os conceitos da economia clássica só se aplicam ao comportamento de um empresário capitalista, e não ao comportamento de uma família camponesa que só depende do trabalho familiar. Assim, uma das principais contribuições de Chayanov, segundo KERBLAY(1975), foi de mostrar que a economia camponesa faz parte de um sistema econômico, e portanto, não deve ser tratada como uma forma de capitalismo incipiente.

Ao analisar o sistema econômico sob a ótica do intercâmbio (troca), BELSHAW (1968:15) menciona que “... *todo ato que implica tempo e meios escassos para a realização de uma finalidade*”, pressupõe uma escolha, ou seja, o abandono de algumas alternativas para a realização de outras. Isso significa, na visão de GODBOUT (1998), que o indivíduo age de acordo com suas preferências – interesses, valores, fins e necessidades – e é o único a saber delas. Nessa perspectiva teórica, o comportamento de um agente social é explicado pela teoria da racionalidade instrumental. Tal situação é caracterizada pelo aspecto econômico. Segundo Coleman e Fararo, citado por GOBBOUT (1998:40), a teoria da escolha racional:

“[...] contém um elemento que a diferencia de quase todas as outras posturas teóricas em sociologia. Esse elemento pode ser resumido numa só palavra: otimização. Parte-se do princípio de que, ao agir racionalmente, o ator se envolve com algum tipo de otimização. Isso pode ser expresso como maximização do benefício, ou como minimização do custo, ou ainda de outros modos. Como quer que seja expresso, é isso que confere à teoria da escolha racional seu poder: ela compara ações em função de seus resultados esperados pelo autor e postula que este escolherá a ação com o maior resultado [...]”

Para SMELSER e SWDBERG (1994), a economia é vista como parte integral da sociedade e esta é sempre um ponto de referência básica. Firth, citado por BELSHAW (1968), afirma que não existe uma separação entre o ato econômico e o ato social, mas uma ação em conjunto, na qual cada ato está interligado. A ação econômica está imersa no contexto social, já que a sociabilidade ocorre por meio de trocas entre parentes, vizinhos etc. Para POLANYI (2000), é o sistema econômico que está embutido nas relações sociais, e não o contrário, pois parte das estratégias econômicas dos indivíduos nunca está inteiramente ligada somente aos interesses econômicos. Segundo o autor, o indivíduo age com intuito de salvaguardar sua situação social, suas exigências sociais e seu patrimônio social. Ele valoriza os bens materiais na medida em que eles servem a seus propósitos.

A sociologia econômica possibilitou a compreensão de que alguns tipos de troca dispensam o uso de um cálculo de lucro econômico, dando espaço à reciprocidade ou ao “status” (SMELSER, 1968). Nesse sentido, alguns autores apresentaram uma crítica da teoria econômica clássica, sugerindo algumas categorias alternativas para uma economia comparativa mais adequada. Embora haja diversidade entre os autores mencionados, todos apresentam que a idéia central da sociologia econômica consiste em romper o isolamento do indivíduo e situá-lo no contexto de suas relações sociais. O interesse propriamente econômico não explica tudo, mediante a existência das normas, dos valores, das regras, da moral e do dever.

Os estudos de Polanyi e Sahlins sobre os princípios da troca, principalmente o princípio da reciprocidade por considerar a relação de solidariedade entre os indivíduos, contribuiu para análise de um outro conceito importante para o desenvolvimento da pesquisa: capital social.

2.3. Capital social

O conceito de capital social foi introduzido recentemente na literatura econômica e tem ajudado a explicar melhor o desempenho econômico de nações, regiões ou grupos. Segundo PERES (2000:6), o capital social *“corresponde ao tecido social, ou à cola invisível que mantém a coesão das sociedades, e está baseado na confiança entre as pessoas e na rede de relacionamentos entre elas e os grupos sociais que formam as comunidades”*. Tais redes funcionam baseadas na confiança por transitividade do nosso relacionamento, ou seja, eu conheço e confio em você, que conhece o beltrano em quem devo confiar, e assim sucessivamente. GRANOVETTER (1992) relata que a informação de uma pessoa conhecida é mais fidedigna porque em uma relação de amizade – que possui expectativas fortes de confiança e abstenção de oportunismo – a informação passada para outra pessoa é mais rica e detalhada, e assim fidedigna o que não desencoraja as transações futuras.

O capital social pode ser medido através das variáveis confiança, civismo ou cooperação com anônimos e participação grupal ou densidade desta participação. Contudo, em regiões onde o regime totalitário ou menos democrático predominam, a tendência é de inibição do crescimento de capital social, pela falta da variável “confiança”.

PUTNAM (1994) utilizou o conceito de capital social para demonstrar que o Norte da Itália está apresentando taxas de crescimento superiores às regiões do Sul. Isto porque no Norte a confiança entre as pessoas possibilitou a criação e participação de grupos horizontais, que foram importantes para o bom funcionamento da economia. Na região Norte, o contrato social que sustenta a colaboração na comunidade não é legal, mas moral, e a sanção por violar tal contrato não é penal, mas implica na exclusão do indivíduo da cadeia de solidariedade e cooperação. PUTNAM (1994) ao conceituar o termo capital social como toda ação coletiva que requer confiança, colocou a reciprocidade como aspecto fundamental no sentido de facilitar a cooperação. O autor parte do princípio de que toda transação comercial possui um elemento de confiança, e

quanto maior o nível de confiança em uma comunidade, maior a probabilidade de cooperação.

De acordo com LAZZARINI et al. (2000), na década de 80, o conceito de capital social foi usado para tentar entender como os indivíduos inseridos em redes de relações sociais podem beneficiar tanto aos outros, como a si próprio. GRANOVETTER (1992), ao formular o conceito de “*embeddedness*” – onde os indivíduos estão “encaixados” ou “imersos” em uma rede de relacionamentos interpessoais – menciona que a confiança é um elemento importante por afetar as relações que formam uma rede social. Em termos gerais, o *embeddedness* ordena a vida econômica quando se baseia na confiança. Vale ressaltar que, a posição de *embeddedness* está associada com a escola substantivista da economia, que reúne autores importantes como Polanyi e Sahlins.

A vida econômica, a ser ordenada pelas relações sociais, LAZZARONI et al. (2000:10) menciona que as transações econômicas não podem estar separadas do contexto social no qual estão embutidas. De acordo com os autores “... a confiança é uma fonte de capital social que afeta os custos de transação entre agentes econômicos”, pois os indivíduos preferem transacionar com alguém que lhe é conhecido, prevenindo, assim, riscos e eventuais conflitos.

PUTNAM (1994) também concorda que a confiança é um componente essencial do capital social. Segundo o autor citado, por PERONDI (1999:7), “... as características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas”. Para o autor, toda a transação comercial possui um elemento de confiança, e quanto maior o nível de confiança em uma comunidade, maior é a probabilidade de cooperação.

O conceito de capital social torna-se relevante ao permitir um melhor entendimento nas relações entre indivíduos e seus efeitos, em termos de desempenho econômico. A organização das comunidades é uma estratégia de desenvolvimento através de investimentos na criação do capital social, que podem ser os mais variados como: criação de grupos de produtores, consumidores, pais e mestres, de vizinhança etc. (PERES, 2000). Segundo o

autor, a coesão social possibilita uma melhoria na qualidade de vida das populações, sejam elas de pequenas comunidades, municípios, estados ou países.

Assim, nota-se o surgimento de uma nova estratégia coletiva que vai além do interesse econômico. A concretização da reciprocidade pode permitir aos pequenos produtores uma participação mais efetiva de suas famílias na busca de seus direitos sociais, como também, uma estratégia coletiva como forma de assegurar a reprodução social do grupo.

No caso da UHE Fumaça, com o início do processo de construção da barragem, os moradores de Miguel Rodrigues formaram a Associação dos Moradores Atingidos pela Barragem de Fumaça (AMABAF) como forma de se organizarem enquanto grupo de pequenos produtores atingidos. Uns dos objetivos da AMABAF é de procurar conhecer os problemas que a barragem causará na vida de cada morador, seja ele atingido ou não, como também do povoado como um todo. Assim, as contribuições teóricas de Putnam, Granovetter, entre outros, favorecem a interpretação de algumas relações sociais estabelecidas pelos pequenos proprietários em estudo.

3. METODOLOGIA

3.1. Estratégia de pesquisa

A estratégia metodológica usada nesta pesquisa baseia-se na análise de estudo de caso com um grupo de famílias de pequenos produtores rurais da comunidade de Miguel Rodrigues. Esta parte da investigação empírica foi orientada através da formulação de um questionário estruturado e semi-estruturado.

O questionário estruturado baseia-se em questões fechadas com o intuito de elaborar um perfil social e produtivo dos pequenos produtores. Assim, a elaboração de um questionário fechado permitiu realizar uma quantificação da produção total (atividade agrícola e pecuária), como também, o destino da produção, isto é, a quantidade da produção que é destinada ao consumo, a venda e a troca.

O questionário semi-estruturado consiste, segundo CHIZZOTTI (1998:92), “... em uma forma de colher informações baseadas no discurso livre do entrevistado”. Cabe ao entrevistador, formular um roteiro, apoiado em teorias e hipóteses, que possibilite a ampliação das interrogativas a partir de novas perspectivas, fruto da resposta dos entrevistados. Tal instrumento permitiu analisar como os atores sociais, os atingidos, vivenciam a realidade que está

sendo focalizada, mediante as perdas materiais e simbólicas advindas da construção da barragem.

Em suma, os questionários semi-estruturados, segundo Colognese e Melo citados por SCHNEIDER (1999), consiste em

“... um processo de interação social, no qual o entrevistador tem por objetivo a obtenção por parte do entrevistado. Enquanto técnica de obtenção de informações, trata-se de uma conversa interessada, orientada pelo entrevistador para fins de pesquisa, pela qual objetiva-se apreender informações sobre o comportamento e a consciência dos sujeitos investigados, tanto quanto possível, em seu estado, dado e objetivo.”

Outra frente de dados utilizada na pesquisa foi a análise dos dados secundários fornecidos pela Prefeitura Municipal de Diogo de Vasconcelos, município onde se localiza a comunidade de Miguel Rodrigues, e pelo RCA (Relatório de Controle Ambiental) e PCA (Plano de Controle Ambiental) ambos redigidos pela ALCAN Alumínio Ltda., que é responsável pela implementação da UHE de Fumaça no rio Gualaxo do Sul.

As informações do referido levantamento explicitam a caracterização geral da população (proprietários, meeiros), assim como as principais atividades econômicas da comunidade, que são apoiadas essencialmente na produção agropecuária, com destaque para o milho, arroz e feijão e na criação de aves. Os elementos obtidos do RCA permitiu complementar as informações conseguidas nas entrevistas com os pequenos produtores rurais de Miguel Rodrigues.

O procedimento metodológico inicialmente adotado foram visitas à comunidade. O levantamento dos dados em Miguel Rodrigues foi facilitado mediante a existência de um grupo de professores e de estudantes, da Universidade Federal de Viçosa, que prestam assessoria aos atingidos de Miguel Rodrigues, o que contribuiu para a escolha do povoado e a boa acolhida da pesquisadora na área atingida. Um outro aspecto considerado na escolha do povoado foi a facilidade de acesso e, principalmente, a proximidade com a população a ser atingida pela UHE de Fumaça mediante a participação conjunta aos professores e estudantes da Universidade Federal de Viçosa em eventos e reuniões relacionadas à questão da barragem. A participação nas reuniões contribuiu para perceber e vivenciar as formas de vida da população, juntamente

com as possíveis mudanças em seus modos de vida, que eram discutidos por eles mesmos nas reuniões, ocasionadas pela construção da barragem. A escolha do povoado de Miguel Rodrigues, e não de outros localizados na AE – Barro Branco, Mainart e os pequenos “vilarejos” de Emboque, Rocinha, Barroca, Macuco, dentre outros – deve-se ao fato de que a sede da AMABAF se encontra no povoado de Miguel Rodrigues por ser o povoado mais atingido pela construção da barragem

Escolheu-se o estudo de caso como recurso metodológico como forma de se obter uma investigação mais profunda de um fenômeno. Segundo TRIVIÑOS (1995), somente um estudo de caso permite a descoberta de determinadas relações, o que facilita penetrar nos fatos e fenômenos observados.

3.2. Área de estudo

A base geográfica do presente estudo é a Zona da Mata de Minas Gerais. A comunidade de Miguel Rodrigues não constitui sede distrital, nem é classificada como aglomerado rural pelo IBGE. Seus dados são considerados ao nível de setores censitários rurais, sem possibilidade de desmembramento da parte mais densa referente ao núcleo. Considerando-se os dados do IBGE (1991), estima-se que, no povoado, existam 40 domicílios e uma população de 193 pessoas. Entretanto, foi tarefa da pesquisadora em delimitar o povoado de Miguel Rodrigues dos outros, com a ajuda dos próprios moradores. Assim, a análise demográfica estipulada pelo IBGE não contempla o povoado de Miguel Rodrigues em separado, sendo que sua caracterização é apresentada como parte da polarização regional, que é o município de Diogo de Vasconcelos, localizado mais ou menos a 12 km de estrada de terra do povoado em estudo, conforme demonstrado no mapa apresentado pela Alcan no RCA da UHE de Fumaça, MG (Figura 1).

Miguel Rodrigues é o povoado mais freqüentado pela população residente na Área de Entorno (AE) da construção da UHE de Fumaça, contando com serviços de educação (1.^a a 4.^a série do ensino fundamental), saúde, telefonia e comércio de gêneros alimentícios. Possui, além disso, duas sedes de instituições religiosas uma representando a igreja católica e outra protestante.

A análise intercensitária para um período de 36 anos mostrou que a população rural do Município de Diogo de Vasconcelos, que era de 4.828 habitantes em 1960, reduziu-se para 3.413 habitantes em 1996. Dessa forma, o povoado de Miguel Rodrigues vem perdendo a sua capacidade de polarização, sendo comum verificar-se que muitas casas somente são freqüentadas nos finais de semana, o mesmo ocorrendo em relação ao comércio. Para boa parte da população economicamente ativa, as oportunidades de trabalho são ocasionais e geralmente relacionadas com atividades braçais.

Com relação à saúde pública, o povoado possui um Posto de Saúde, com atendimento médico semanal e prestação de serviços por parte de uma auxiliar de enfermagem em tempo integral.

A ocupação do espaço em Miguel Rodrigues é desenhada por uma rua principal que corta o povoado. Nessa rua central, se localiza a igreja católica, a escola e a venda (misto de bar com mercearia) onde se encontra o serviço de telefonia com apenas um orelhão, conforme pode ser verificado pelas fotos apresentadas no Apêndice. Desde maio de 2000, a Prefeitura Municipal vem realizando importante melhoria dessa via principal, com a implementação de uma rede coletora de esgoto, drenagem pluvial e calçamento com bloquetes. Porém, o escoamento sanitário é feito diretamente no rio Gualaxo do Sul, com risco de comprometimento da qualidade de suas águas. O município de Diogo de Vasconcelos possui um território que corresponde a uma área de 117 km². Limita-se com os municípios de Mariana, Guaraciaba e Bela Vista.

A barragem de Fumaça afetará os municípios de Mariana e Diogo de Vasconcelos, e os povoados de Miguel Rodrigues, Barro Branco e Mainart, localizados na Zona da Mata mineira. A construção da UHE de Fumaça terá uma capacidade de 9,8 MW de energia elétrica, inundará uma área de 21,8 km²,

atingindo 27 domicílios em Miguel Rodrigues, 60 em Barro Branco e 30 em Mainart. Com início do processo da construção da UHE de Fumaça, a comunidade passou a organizar-se em torno Associação dos Moradores Atingidos pela Barragem de Fumaça (AMABAF).

A população de Miguel Rodrigues é composta por pequenos produtores rurais e meeiros. Como destaque, tem-se uma distribuição extremamente concentrada nas faixas de renda mais baixas. Esse fato é derivado de uma grande desconsideração, por parte do município de Diogo de Vasconcelos, das fontes locais de renda, tais como a produção agrícola, voltada predominantemente para o consumo familiar, e a comercialização dos produtos da agropecuária, feita de forma não sistemática, não contabilizada no cálculo dos rendimentos mensais.

O impacto da UHE de Fumaça tem como principal consequência a redução ou, em alguns casos, a perda da propriedade em função da formação do reservatório. Assim, a implementação da UHE de Fumaça, irá provocar profundas alterações no que diz respeito às características da comunidade de Miguel Rodrigues.

3.3. Histórico de ocupação da área

O histórico de ocupação de Miguel Rodrigues e dos povoados vizinhos foi obtido através das informações fornecidas pelo RCA e PCA, redigidos pela Alcan e Golder Associates e pelas entrevistas aplicadas aos pequenos produtores rurais de Miguel Rodrigues.

A exploração do ouro deflagrada na última década do século XVII configura-se como o principal fator de ocupação da região em análise. Na Segunda metade do século XVII, Portugal perdia grande parte de suas colônias, passando a ser o Brasil sua principal fonte de riquezas. Somando-se à crise metropolitana, a economia açucareira da colônia entra em decadência. É neste período, portanto, que Portugal volta a incentivar a procura do ouro em terras brasileiras. No entanto, antes mesmo deste período, a capitania de São Vicente

(atual estado de São Paulo), que experimentara uma efêmera prosperidade na produção açucareira, não consegue mais competir com os produtos do nordeste.

Procurando reverter a situação de pobreza sobre a capitania, em busca de riquezas minerais e índios para escravizar, foram organizadas expedições conhecidas como Entradas e Bandeiras. Por causa da crise, os habitantes de São Vicente não tinham outra alternativa, senão embrenharem-se pelo sertão brasileiro em busca do ouro. Somente em fins do século XVII é que a coroa portuguesa passa a dar cobertura financeira às Bandeiras, que buscavam metais preciosos.

A rota que seguiu o rio Gualaxo não teve muito sucesso como o da tropa que acampou nas margens do Ribeirão do Carmo (atual cidade de Mariana). Nas margens do rio Gualaxo do Sul, apresentando terreno bastante acidentado, o precioso metal, encontrado em lavras e catas, logo esgotou. Sem a exploração mineral e com poucas terras indicadas para a agricultura, as margens do Gualaxo do Sul passaram por longo período, durante o chamado ciclo do ouro, à margem das riquezas e da prosperidade advindas das minas. Os pequenos povoados que se fixaram nas regiões lindeiras ao rio Gualaxo do Sul, não experimentaram as mesmas mudanças ocorridas nas cidades vizinhas – aumento da população, crescimento do mercado interno, formação de novos grupos sociais, dentre outros – nem a prosperidade provocada pelo ouro em abundância. Sobre a exploração e a ocupação da região é sabido que eram concedidas terras para a cultura na região de Sumidouro (atual Padre Viegas), Gualaxo do Sul, e em Mainart. Foi portanto, a partir dos fins do século XVIII, que foram fixados os núcleos agrícolas dessa área.

Nas margens do rio Gualaxo do Sul, mantiveram-se poucos vestígios da atividade mineradora, além de alguns povoados e distritos cuja origem remete-se à primeira fase de ocupação dos brancos (mestiços de europeus e depois pelos próprios europeus) na região como Mainart, Barro Branco, Padre Viegas, Diogo de Vasconcelos, Bicas e Miguel Rodrigues.

Com o seu apogeu, no início do século XVIII, a atividade mineradora veio representar, com sua dinâmica, o período de consolidação dos

assentamentos humanos e a conseqüente exploração da terra e de seus recursos naturais.

Assim, o declínio da exploração minerária, ainda no século XVIII, possibilitou o surgimento de novos usos naquele espaço. É possível que já nesse período tenha ocorrido um incremento da atividade agropastoril, uma das alternativas viáveis para aqueles que tinham na terra o seu principal empreendimento.

A perda do principal atrativo da região, ou seja, o status que o ouro poderia garantir, criou condições para que outro modelo de ocupação tenha se refletido, posteriormente, em pequenas propriedades agropecuárias onde se assegurava, principalmente, a subsistência. O vazio deixado pela economia extrativa, aliado ao conseqüente abandono, levado pelo esgotamento do ouro, facilitou a penetração e a reocupação da região em estudo por contingentes, formados, principalmente, por populações de menor poder aquisitivo.

Apenas sabe-se que os primeiros habitantes foram os descendentes paulistas e faiscadores que, motivados pela fome nas regiões auríferas de Mariana, abandonaram sua lavras no leito do Ribeirão do Carmo, em Mariana, e saíram em busca de terras mais férteis para o desenvolvimento de culturas agrícolas e pecuária de bovinos. Logo foram surgindo os primeiros sítios e fazendas que tiveram grande importância na produção de alimentos na região. Ainda hoje, algumas destas fazendas conservam vestígios e reminiscências deste passado.

O período de riqueza na região como um todo não foi extenso ou promissor de forma a possibilitar a consolidação de uma densidade populacional centrada em núcleos urbanos maiores, nem a permanência de múltiplas estruturas agrárias que absorvessem a mão-de-obra disponível. Assim, pode-se concluir que as características mais marcantes da região em estudo foram as atividades econômicas de subsistência e a migração de grandes contingentes de população para regiões mais importantes do Estado.

3.4. Os dados

Os dados para elaboração deste estudo foram obtidos dos questionários estruturados e semi-estruturados aplicados diretamente aos pequenos produtores rurais envolvendo 27 unidades familiares, ou seja, o total da população da comunidade de Miguel Rodrigues. Vale ressaltar que, das 27 famílias, 23 estão identificadas na Área Diretamente Afetada (ADA) contra quatro famílias que estão fora da ADA. Considera-se como população da Área Diretamente Afetada os proprietários de terras e os residentes nas propriedades com suas terras atingidas pela formação do reservatório e pela localização das obras para construção da barragem. A maior parte das unidades familiares que estão na ADA, terão suas propriedades (terra) alagadas, seguido das casas e do caminho que leva à terra.

A primeira viagem foi realizada em 13 de agosto de 2000 com o objetivo de conhecer *in loco* a realidade local, seguida de uma série de visitas de campo. Nesse período, buscou-se informações sobre o número de domicílios, os domicílios atingidos diretamente ou indiretamente, o tamanho das propriedades, o relacionamento entre parentes e vizinhos, ou seja, a organização sócio-econômica da comunidade. Por fim, explicou-se o objetivo da pesquisa preparando a população para a presença do pesquisador na área.

O início da pesquisa de campo ocorreu entre os meses de novembro de 2000 até meados de fevereiro de 2001, com uma interrupção mediante os feriados de Natal e Ano Novo.

A aplicação dos questionários favoreceu para que os entrevistados fizessem seus depoimentos. Sempre que necessário, interrompia-se o questionário para se concentrar nos depoimentos relatados pelos próprios entrevistados. Em alguns casos, os mesmos mostravam escrituras e documentos para validar seu depoimento.

Para análise e interpretação dos dados foram utilizadas tabelas para sínteses dos dados mais propriamente quantificáveis, juntamente com o discurso

dos entrevistados obtidos pelo questionário. As explicitações acerca dos procedimentos analíticos serão apresentados no próximo capítulo.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados decorre da natureza dos objetivos apresentados anteriormente. Num primeiro momento, apresenta-se a caracterização social dos pequenos proprietários rurais da comunidade de Miguel Rodrigues. Neste capítulo, destacou-se algumas peculiaridades das famílias entrevistadas – os casais – como idade, número de filhos, escolaridade, origem social, ocupação principal e secundária e relação com a terra. Posteriormente, foram apresentados as principais atividades econômicas desenvolvidas na área de estudo, com maior aprofundamento no setor agropecuário, que constitui a base econômica da comunidade afetada pela implementação da UHE de Fumaça. Neste capítulo, a questão central foi a observação das relações de produção dos pequenos produtores rurais de Miguel Rodrigues, destacando as relações de troca e de mercado, que constituem um fator fundamental para a reprodução social da comunidade.

4.1. Caracterização dos pequenos produtores rurais

O povoado de Miguel Rodrigues, localizado na Zona da Mata Mineira, é caracterizado, fundamentalmente por sua origem ser constituída por uma população predominantemente rural. Os pequenos produtores rurais da

comunidade são assim definidos, por apresentarem traços comuns com a literatura sociológica acerca da agricultura familiar. As famílias que compõem o povoado de Miguel Rodrigues utilizam grande parte de sua produção agrícola para a subsistência da família, onde a roça é a unidade mais importante do grupo, a mão-de-obra é basicamente familiar, a extensão da terra cultivada é pequena, dentre outras características. Outras semelhanças referem-se a convivência com parentes e vizinhos que garantem a reprodução social do grupo. Assim, a confiança e solidariedade fazem parte da cultura local que representa um modo de vida específico e singular. Por outro lado, diferem da literatura acerca da agricultura familiar, pelo seu baixo grau de organização econômica interna através da compra e da venda dos produtos. Isto não significa que os moradores de Miguel Rodrigues não comercializem seus produtos, mas sim, que a atividade econômica exercida por eles tem como prioridade a satisfação das necessidades da unidade familiar. O “excedente” da produção pode ser vendido, trocado ou emprestado – termo local- ou até mesmo guardado para despesas futuras. Os próprios moradores de Miguel Rodrigues se definiram como trabalhadores da roça, quando explicitam o cultivo da terra e a pequena produção familiar voltada, principalmente, para a satisfação das necessidades básicas da unidade familiar. Por meio da aplicação dos questionários, juntamente com a participação da pesquisadora nas reuniões da AMABAF, percebeu-se algumas categorias importantes consideradas pela própria população, mediante o processo da construção da barragem de Fumaça: “pequenos produtores”, “meeiros”, “unidade familiar”, “amizade”, “união”, “terra” como garantia do futuro, “barragem” “prejuízo”, “perda da liberdade” etc. Essas categorias foram usadas várias vezes nos depoimentos durante a aplicação do questionário, principalmente quando a pergunta se referia à questão da construção da barragem e sua relação com o modo de vida.

De acordo com o Quadro Geral – apresentado no Apêndice - pode-se observar a composição sócio familiar dos pequenos produtores rurais, com o intuito de informar e localizar os leitores acerca dos principais elementos que os compõem.

De acordo com o Quadro Geral, os entrevistados referem-se quase sempre às suas origens sociais como basicamente rural. Entre os homens-maridos, 23 dentre os 26 entrevistados nasceram na roça, mais especificamente em povoados rurais muito próximos a Miguel Rodrigues, sendo difícil fazer uma delimitação exata de onde começa e termina determinado povoado. Os três restantes nasceram nas cidades de Mariana, Diogo de Vasconcelos e Cepotânea:

“... saí da cidade com 10 anos,..., em 1968 vim para cá com meu pai que comprava terra.”

“... casei em Diogo de Vasconcelos, minha esposa também é de lá. Moro aqui mais de 18 anos, ..., trabalho na roça desde os 7 anos. Vim para cá porque em Diogo a terra não era nossa, era arrendada.”

Entre as mulheres-esposas, das 27 entrevistadas, 20 nasceram em Miguel Rodrigues ou nos povoados rurais vizinhos. Com exceção de duas, uma é da região rural de Acaiaca e a outra da região rural de Sabinópolis. Duas nasceram em Diogo de Vasconcelos mas foram morar em Miguel Rodrigues quando eram crianças, e somente uma entrevistada nasceu e foi criada em São Paulo. Sua vinda para o povoado deve-se ao casamento. Segundo a informante, foi em São Paulo que eles se conheceram, já que seu atual marido, nascido em Mariana, morou pouco mais de dois anos trabalhando em São Paulo como comerciante:

“ como resolvemos casar, viemos morar aqui porque o pai dele ofereceu uma casa para nós... saímos de São Paulo porque lá não dá para sustentar direito, a vida na cidade é muito difícil, mas sinto saudades da minha mãe e do meu pai.”

Percebe-se, principalmente no caso das mulheres, que o casamento é sempre mencionado como um marco na história de vida do casal. Pelo último relato da informante, notou-se que as mulheres não provenientes de Miguel Rodrigues, se comprometem a morar no espaço de origem masculina – do marido- principalmente pelo acesso à terra, mesmo que isto represente determinadas perdas, como a saudade por exemplo. Tanto o casamento, quanto o acesso à terra são fatores fundamentais que exercem influência na própria racionalidade da escolha de morar em Miguel Rodrigues.

Em suma, observou-se que grande parte da população é proveniente do próprio povoado de Miguel Rodrigues, com 11 casos para o sexo masculino, e 12 casos para o feminino, conforme apresentado pela Tabela 1.

Tabela 1 - Origem social dos moradores de Miguel Rodrigues

Origem	Frequência Homem-marido	Frequência Mulher-esposa
Miguel Rodrigues	11	12
Cepotánea	1	-
Diogo de Vasconcelos	1	2
Bicas	1	1
Rocinha	1	-
Fundão	1	-
Barro Branco	2	-
Jacú	1	-
Barroca	1	-
Magalhães	-	1
Macuco	2	1
Lobo	1	2
Gualaxo	1	-
Piranga	1	-
Mariana	1	-
Coqueiro	-	1
Ouro Preto	-	2
Sabinópolis	-	1
Acaiaca	-	1
Emboque	-	1
São Paulo	-	1
Baia	-	1
Total	26	27

Fonte: Dados da pesquisa.

Os povoados rurais de Bicas, Rocinha, Fundão, Baia, Jacú, Magalhães, Lobo, Macuco e Coqueiro recebem essas denominações familiarizadas apenas pelas pessoas que residem por perto. Tais povoados rurais são descritos pelos próprios moradores como “pequenos vilarejo”, onde, na época de seus bisavós, existiam algumas fazendas que empregavam grande parte da população que morava nos arredores. De acordo com um informante, Miguel Rodrigues era um povoado muito pequeno e rodeado de fazendas (as comunidades rurais de hoje)

que mantinham um número elevado de escravos. Assim, de acordo com o informante, grande parte da população atual de Miguel Rodrigues são descendentes dos escravos. *“Quando acabou a escravidão os preto permaneceram tudo lá, tinha preto que veio direto da África como Angola, Moçambique... Na fazenda da vovó tinha uma fundição e tinha muito, muito escravo mesmo”*. Tal fato pode ser constatado pelo histórico de ocupação da área, que relata a busca do ouro como fator fundamental para a formação de tais povoados, inclusive de Miguel Rodrigues.

Atualmente, tais povoados mencionados acima são bem menores no que diz respeito ao número de habitantes, quando se comparado a Miguel Rodrigues.

A população proveniente de tais povoados rurais foram para Miguel Rodrigues porque se casaram, e o cônjuge era proveniente de Miguel Rodrigues e assim estariam mais próximos dos parentes. Conforme mencionado, como tais povoados são bastante próximos uns dos outros, grande parte desta população possui parentes espalhados em Miguel Rodrigues – a maior distância deve atingir aproximadamente 10 km de estrada de terra. Mais uma vez, percebe-se a presença da racionalidade de escolha existentes em alguns moradores de Miguel Rodrigues. Racionalidade no sentido econômico, no qual o indivíduo ao optar por uma determinada decisão, conseqüentemente estaria abandonando outras. No caso dos moradores de Miguel Rodrigues, embora a saudade dos familiares seja dolorosa, o acesso à terra e a constituição de uma família, para as mulheres, perduram como uma ação tendo um resultado muito maior. Mesmo que irracionalmente, há maximização do benefício e a minimização do custo.

Existem também outros motivos que fizeram com que os atuais moradores se mudassem para Miguel Rodrigues, como o caso de uma informante de Lobo que se mudou para Miguel Rodrigues há 10 anos; disse que o principal motivo da mudança foi o fato de optar por morar com sua mãe já que estava grávida e ainda era solteira. Houve apenas dois casos em que após o casamento foram tentar a vida em São Paulo, e como não deu certo, devido ao desemprego do marido voltaram para Miguel Rodrigues a fim de morar mais perto da família da esposa. De acordo com uma das informantes” *a vida aqui é um pouco mais*

fácil, tem terra e tem nossa família por perto”. O tempo de permanência destes casais em Miguel Rodrigues varia de 1 a 18 anos, e em geral, o principal motivo de se mudarem para este povoado deve-se ao fato de estarem mais próximos aos familiares de um dos cônjuges ou de ambos, como também, o acesso à terra. Pelas observações feitas durante as visitas de campo, registrou-se uma grande aproximação entre famílias residentes não só em Miguel Rodrigues, como nos outros povoados. Tal afinidade pode ser explicada pelo estreito laço de parentesco e amizade. Como todos os moradores de Miguel Rodrigues possuem um parente próximo a sua casa, este passa a ser conhecidos pelos seus vizinhos, firmando uma relação de amizade. Assim todos os moradores – não só de Miguel Rodrigues como dos outros povoados – se conhecem pelo fato de seu vizinho ou melhor amigo ser parente de “fulano”, ou por conhecer uma determinada pessoa muito próxima de algum membro de sua família. Consistente com o conceito de capital social, a coesão entre os povoados está baseada na confiança e solidariedade mútua. Logicamente, não estamos negando a existência de “conflitos”. Mas a unidade familiar é sempre vista como um espaço de solidariedade, harmonia e união. Assim, as possibilidades de ocorrer conflitos dentro da unidade doméstica não é descartada, apesar que para os outros – amigos, vizinhos – a família sempre está em harmonia.

O acesso à terra é outro motivo que levou algumas pessoas a morarem em Miguel Rodrigues. Essa informação foi baseada nos relatos dos entrevistados que demonstraram uma certa preocupação e, ou, insegurança quando não tinham terra própria. A terra, para os pequenos produtores rurais em questão, é sinônimo de sobrevivência, de garantir a subsistência da família e, conseqüentemente, a continuação dela. Segundo um informante: “ *Terra é a garantia do futuro, ..., nós não temos estudos. Sem terra, não temos nada.*” Assim, o fato de não possuírem terras próprias ocasiona uma certa “insegurança” no que diz respeito à reprodução social da família, o que vem sendo recolocado de forma muito intensa em todo o processo de construção da barragem.

O fator “insegurança” se agrava com a construção da UHE de Fumaça. De acordo com as entrevistas aplicadas aos moradores, constatou-se que grande

parte da população menciona a perda da terra como principal prejuízo proveniente da construção da barragem. Segundo alguns relatos:

“ O único lugar que a gente tem para trabalhar, não vamos ter mais...”
“... vai prejudicar no trabalho, porque não vai ter onde plantar mais.”
“ Vai matar terra pra sempre, ..., surge muito inseto, animais, mau cheiro, perde o lugar de plantar, outros perdem até a casa.”
“ Vou perder o lugar aonde plantar, pois aonde sai o material que dá pra gente viver.”

Todos os relatos acima referem-se a perda da terra como principal consequência negativa da barragem.

Os nascidos em Diogo de Vasconcelos, localidade mais ou menos a 12 km de Miguel Rodrigues, foram para Miguel Rodrigues em busca de terra, porque assim poderiam morar em um local que fossem deles mesmos. Em um dos casos, a informante, que é de Diogo de Vasconcelos, foi para Miguel Rodrigues porque se casou e seu marido construiu uma casa no referido local.

Os(as) informantes provenientes de Ouro Preto, Sabinópolis, Acaiaca e Emboque foram morar em Miguel Rodrigues pelo mesmo motivo: o casamento. A permanência destes casais em Miguel Rodrigues vai de 6 a 22 anos. O casal que mora menos tempo em Miguel Rodrigues relatou que viveram bastante tempo em Belo Horizonte. Segundo a informante: *“ a família do meu marido é daqui e eu de Sabinópolis. A gente se conheceu em Belo Horizonte, e lá a gente não tinha lugar de morar direito, morar de aluguel não está fácil e ele tinha terra de herança aqui, aí a gente se casou e ficamos morando por aqui mesmo.”*

Para traduzir melhor os motivos pelos quais alguns pequenos produtores optaram por morar em Miguel Rodrigues, descrevemos alguns momentos marcantes da trajetória de vida de duas famílias, no que se refere a escolha de morar em Miguel Rodrigues.

O primeiro a narrar sua opção foi o Sr Benedito, 37 anos, nascido em Bicas, casado com a D. Maria, 32 anos, nascida em Miguel Rodrigues. No questionário aplicado, o casal menciona a dificuldade de se viver na roça, principalmente porque mudaram para Miguel Rodrigues há 1 ano.

“Há um ano que a gente mora aqui ... começamos a plantar nestes dias. Mas horta mesmo a gente não plantou ainda.”

A mudança para Miguel Rodrigues deveu-se não só ao fato de sua esposa ser de lá, mas também porque seu avô, lhe ofereceu um pedaço de terra para plantar.

“ Como minha casa em Bicas era pequena achei que seria melhor eu me mudar e plantar por lá mesma”.

Entretanto, o casal não é proprietário da terra, mas, meeiros com o pai do Sr Benedito no qual dividem $\frac{1}{2}$ parte da produção como forma de pagamento. Vale ressaltar que, quem trabalha na roça é a D. Maria, já que seu marido optou por trabalhar como servente em Belo Horizonte, como forma de garantir o sustento da casa, já que o casal possui seis filhos. Dos seis filhos, apenas dois “ajudam” a mãe no trabalho da roça, “... os outros tá tudo casado, só dois me ajudam e depois da escola”. A ajuda dos filhos casados ocorre de uma maneira diferenciada. Se eles não residem em Miguel Rodrigues, a ajuda ocorre através do envio de dinheiro, caso contrário, se residem, mas não moram com os pais, a ajuda ocorre com a doação de alguns produtos cultivados em sua lavoura.

A pequena lavoura de milho, arroz e feijão que, até janeiro deste ano, não tinham sido colhidos, terão como destino o consumo familiar que se estende também para os filhos casados que residem ou não com os pais. Além da ajuda dos filhos no trabalho na roça, o casal conta também com a ajuda de vizinhos mais próximos, para trabalharem nas épocas de plantio, colheita e capina. A forma de pagamento é com o próprio trabalho, com a troca de dia conforme o termo local. Para os filhos, que ainda residem com os pais, a ajuda é recompensada pelas roupas, alimentação, remédios.

“ Não tenho dinheiro para pagar para eles e depois é para eles mesmos,..., ninguém aqui tá saindo perdendo.”

Percebe-se que a ajuda no trabalho da roça ocorre de duas maneiras distintas: a primeira refere-se a mão-de-obra familiar, na qual a ajuda dos membros da família pode ser vista como uma “obrigação”, já que o trabalho na roça serve para suprir as necessidades de consumo da família. Para esta situação, o “pagamento” ou a “retribuição” é feita com vestuários, alimentação, remédios, ou seja, componentes importantes para a reprodução social da família. A segunda

maneira, ocorre através da mão-de-obra de vizinhos/amigos. Para este caso podemos recorrer a terceira característica de Shanin sobre os padrões culturais que estão ligados ao modo de vida de uma comunidade. O autor menciona que a comunidade rural é regida por leis de solidariedade. Os vínculos personalizados entre os indivíduos é que permitem que estes ofereçam “ajuda” a quem precisa. Assim, quando eu precisar você me ajuda da mesma forma, com o próprio trabalho. A vida em comunidade faz com que a maior parte das necessidades da vida sejam atendidas.

O outro caso narra a escolha de residir em Miguel Rodrigues, é do Sr João, 46 anos, nascido na comunidade de Lobo, casado com a D. Maria, 41 anos, nascida em Miguel Rodrigues. Tanto D. Maria quanto Seu João foram acostumados a trabalharem desde cedo na roça. Segundo D. Maria: “... *há mais ou menos 20 anos que trabalho na roça para poder sobreviver,..., só que antes tinha mais fatura*”. A decisão de ir morar em Miguel Rodrigues partiu de seu João:

“ Assim que a gente casou, foi o João é que quis morar aqui. O pai dele tinha uma posse de terra e deu para ele. Aqui é mais fácil, fica mais perto da escola”

De acordo com o relato do casal, apesar de serem proprietários de 7,2 ha de terra:

“... a gente não trabalha na roça como antes, a terra fica muito longe, se achasse uma terra para plantar como meeiro perto até que compensava. Há 3 anos que a gente tá plantando pouco, ..., agora a gente tem a venda que dá para sustentar a casa.”

Apesar do casal ter se acostumado a trabalhar na roça desde cedo, atualmente, o trabalho na roça não é a ocupação principal do casal. O marido trabalha na venda – pequeno comércio - e é pedreiro, quando acha serviço e, sua esposa é servente na escola local. Dos poucos produtos que ainda cultivam, apenas o milho e o feijão são destinados, além do consumo familiar, para a comercialização em seu próprio estabelecimento.

“ Meu estabelecimento é tipo um bar e mercearia. Lá vendo de tudo um pouco, ..., material de limpeza, biscoitos, pinga, refrigerante essas coisas que o pessoal daqui precisa.”

A venda representa, além de ofertar produtos que são necessários aos moradores do local, também pode ser pensada como um “local” aonde as relações sociais são mais amplas. Ou seja, as relações vão além do aspecto mercantil e impessoal de compra e venda, se estendendo para outras esferas sociais como relações de amizade, vizinhança, companheirismo. Aqui cabem as reflexões dos autores da literatura da sociologia econômica, quando alguns deles mencionam que não existe separação entre o ato econômico e o ato social. Podemos citar também Lazzarini, ao estudar que o capital social possibilita a inserção das pessoas em redes de relações pessoais, afirma que a vida econômica é ordenada pelas relações pessoais, já que as transações econômicas estão embutidas no contexto social.

Os elementos da trajetória dessas duas famílias, mostram o fato de que apesar de terem sido nascidos e criados em comunidades rurais, e de sempre trabalharem na roça, atualmente exercer somente esta atividade agrícola não está sendo compensatória. Em ambos os casos, percebeu-se a existência de uma outra atividade não-agrícola como forma de complementar a renda familiar, como será demonstrado pelas Tabelas 6 e 8. Apesar da dificuldade de se sustentar apenas com o trabalho da roça, nota-se que há uma preocupação de que os filhos também aprendam a mexer com a terra. Repassar para os filhos o que aprenderam com seus pais significa dar continuidade ao processo de transmissão dos valores, hábitos e costumes de geração para geração.

De acordo com o Quadro Geral de composição sócio-familiar dos moradores de Miguel Rodrigues, também inclui o tamanho médio das famílias entrevistadas. O número de filhos por casais variaram entre 0 a 12 filhos, sendo que oito famílias apresentam um total de três filhos, ou seja, a maior frequência. O tamanho médio da família teve uma variação grande, entre dois até 14 indivíduos por família, conforme demonstrado pela Tabela 2.

Tabela 2 - Relação dos números de filhos dos casais de Miguel Rodrigues

Número de filhos	Frequência	% Simples	% Acumulado
0	1	3,7	3,7
1	2	7,4	11,1
2	4	14,4	25,9
3	8	29,6	55,6
4	3	11,1	66,7
5	1	3,7	70,4
6	1	3,7	74,1
8	3	11,1	85,2
10	3	11,1	96,3
12	1	3,7	100,0
Total	27	100,0	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

Os filhos solteiros que ainda residem com os pais, “colaboram”, nos termos dos informantes, no trabalho da roça, com exceção dos muitos pequenos, em geral, abaixo dos 5, 6, e até 7 anos de idade. A “colaboração ou ajuda” – como definidos pela comunidade - dos filhos é essencial para a manutenção da unidade doméstica. Na verdade, observou-se uma organização bem definida com base na divisão do trabalho por sexo e faixa etária, principalmente quando os filhos ainda estão estudando. Nesta situação, a “ajuda” ocorre na parte da tarde, depois da escola, conforme constatado com a informação de um entrevistado: “*Só os menores me ajudam, eles têm 12,13 e 14 anos, os outros já casaram. Os menores só me ajudam no intervalo da aula e quando não tem dever.*” A “ajuda” é um termo local que exprime a divisão do trabalho por sexo, idade, a posição na família ou lugar que ocupa para reprodução social do grupo. Assim, as tarefas de plantio, capina e colheita são desempenhadas por todos os membros da família – maridos, principalmente as mulheres e filhos – indicando que se trata de uma função daqueles membros que não são provedores materiais da unidade

produtiva. A prestação de serviços ou, na linguagem local “ajuda”, varia de acordo com as necessidades de cada família, ou seja, quando está em jogo a sobrevivência da unidade familiar. Assim, observa-se que sempre há uma troca entre os próprios membros da família, que é fundamentada pela solidariedade que coloca suas necessidades em primeiro lugar.

Em geral, tanto os filhos homens quanto as mulheres ajudam no trabalho da roça. Entretanto, há uma pequena diferença entre a divisão das tarefas, pois as filhas são preferencialmente designadas a cuidar da casa, “olhar” os irmãos mais novos e cuidar do pomar e da horta. Tais atividades são desempenhadas ao mesmo tempo, já que o pomar e a horta encontram-se junto da moradia. O termo “olhar” e não cuidar dos irmãos ou filhos mais novos, está relacionado com o fato de que as mulheres estão desempenhando várias tarefas juntas, já que os espaços da casa e do quintal se confundem, e por isso ficam “olhando” os filhos para saberem se estão por perto, ou o que estão fazendo. Essas tarefas também são desempenhadas pelas mulheres-esposas, entretanto quando elas estão na roça junto ao marido, cabe as filhas desempenhá-las. As filhas só vão para roça em último caso. Quase sempre, esta é uma medida extrema revelando que a roça não é o lugar para mulher-filhas. No entanto, percebe-se que há o cumprimento de um modelo idealizado onde mulher fica em casa, e o homem na roça.

Se por um lado, a “ajuda” dos filhos no trabalho da roça se apresenta como fundamental nas relações dos pequenos produtores rurais que não possuem tecnologia para facilitar o trabalho, por outro lado a educação se apresenta como prioridade em relação a este trabalho.

“ Meus filhos me ajudam depois do estudo, aí eles vão para a roça, tirar da aula não vamos tirar, é feio e errado.”

Assim, a ajuda não é desempenhada em tempo integral nem diariamente. Na verdade, há uma dualidade entre a certeza de que a educação representa uma melhoria da mobilidade social, com o fato de que a terra é elemento fundamental para a subsistência da família. O processo da construção da UHE de Fumaça pode ter um aspecto que contribuiu para tal dualidade, já que a possibilidade de

perder suas terras se transforma em um motivo para incentivar a educação dos filhos. Tal fato pode ser constatado pelo seguinte relato:

“Tenho visão ampla, olho pelos meus filhos. Tudo que se vê é mais fácil para avaliar. Não estou vendo a barragem funcionar. Só consigo ver o que vou perder que é a terra. Tenho dois filhos adolescentes que podem conseguir emprego aqui mesmo.”

O depoimento relata com nitidez que ao mesmo tempo em que o morador sabe que vai perder sua terra, ele procura contrabalançar sua insegurança da perda com a esperança de um futuro para os filhos. A geração de emprego para os filhos é o único aspecto positivo mediante tantas incertezas que estão relacionadas com a construção da UHE de Fumaça, é o que demonstra o relato do informante a seguir:

“Tenho um ponto de comércio, se tiver que sair vou ser prejudicado mesmo que receba muito dinheiro. ...Já vi barragem em São Paulo, fica até bonito. De início até gera emprego, mas depois acaba. O tipo de agricultura vai ter que mudar. ... Aquele jovem que for inteligente, vai aproveitar a época do emprego, vai fazer investimento para o futuro.”

Como forma de complementar, podemos citar outro depoimento que demonstra que só os jovens podem tirar algum benefício em função da barragem:

“Todos vão sofrer um pouco... não sou contra, nem a favor, não sou contra a lei, é ela quem manda. ... Eu prefiro uma outra terra do que dinheiro. Dinheiro serve de pé de meia para jovem, velho já está com o pé na cova. O jovem tem que aproveitar a oportunidade e ganhar dinheiro.”

Na maioria dos casos, a ajuda dos filhos ocorre quando os pais não possuem dinheiro para contratar alguém, ou por contratarem poucas pessoas para desempenhar as tarefas de capinar, plantar e colher.

Contudo, existem situações em que algum membro da família, no caso os filhos, vão buscar novas fontes de rendimento para garantir a sobrevivência da unidade familiar. Recorrer a outras alternativas de vida deve-se ao fato da escassez de produtos, ou quando necessitam de dinheiro para compra de terra, ou pelo desejo de ir morar na cidade mediante as oportunidades que são oferecidas. A estratégia de buscar trabalho em outros locais também revela uma outra forma de ajuda ao mandar dinheiro para os pais. Assim é o caso de um informante que possui três filhos no qual *“...o menino, ele trabalha de cobrador em Mariana, manda dinheiro para ajudar na manutenção da roça, e só as vezes que a menina*

me ajuda, depois da escola... se precisa ela vai.” Se por um lado os filhos ajudaram pouco no trabalho da roça, a compensação ocorre pelo envio do dinheiro que é destinado para as despesas da unidade familiar.

Em suma, pode-se afirmar que a categoria de “ajuda” para os moradores de Miguel Rodrigues ocorre ou na roça, quando os filhos são solteiros e após a escola, ou através da ajuda monetária, quando os filhos não residem mais com os pais e trabalham em atividades que não são propriamente rurais. A categoria “ajuda” define também como a própria unidade familiar estabelece as relações de troca entre os membros da família, mesmo que esta seja feita de forma inconsciente. Quando a ajuda ocorre, enquanto ato inconsciente, é porque retribuir o que foi oferecido pelos pais durante muito tempo, é uma forma de agradecer o que lhe foi dado. O conceito de dádiva se encaixa nesta situação por ser livre e obrigatória.

Há ainda casos em que os filhos não ajudam seus pais no trabalho da roça. Para estes casos, os pais relatam que a educação dos filhos está em primeiro lugar, e que os filhos devem aproveitar a oportunidade que os próprios pais não tiveram no passado. Um casal com dois filhos de 14 e 15 anos mencionaram que seus filhos não colaboram com o trabalho na roça porque “... *são adolescentes, estão estudando na escola ainda.*”. Um outro fator pode estar relacionado com o baixo índice de escolaridade dos pais, e em alguns casos, pelo fato de pararem de estudar para trabalhar na roça. Talvez, os pais não queiram que aconteça com os filhos o que aconteceram com eles: abandonar a escola antes de completar o 1º grau completo.

Tal situação pode ser verificada pelos dados da Tabela 3, no qual apenas uma mulher-esposa não apresenta nenhum nível de escolaridade. Tal entrevistada relatou que frequentou a primeira série primária na escola, mas nada aprendeu e que o tempo ajudou a esquecer do pouco que aprendeu.

Tabela 3 - Comparação das variáveis sexo e nível de escolaridade entre os casais da famílias de pequenos agricultores do povoado de Miguel Rodrigues

Sexo	Nenhum	1. ^a série	2. ^a série	3. ^a série	4. ^a série	5. ^a série	2. ^o grau	Magistério	Total
Masculino	-	2	5	10	8	1	-	-	26
Feminino	1	4	3	8	7	2	1	1	27
Total	1	6	8	18	15	3	1	1	53

Fonte: Dados da pesquisa.

Entretanto, percebe-se que a maior parte da população, tanto masculina quanto feminina, possui apenas a 3.^a série do ensino fundamental. De acordo com os dados obtidos pelo levantamento de campo, pode-se introduzir o conceito de analfabeto funcional já que grande parte da população cursou até a 3.^a série do ensino fundamental. O conceito de analfabeto funcional inclui todos aqueles que estudaram até a 4.^a série primária, obtendo assim, um baixo grau de instrução, ou seja, sabem apenas fazer contas matemáticas simples, escrever apenas seu nome ou de familiares.

O caso da entrevistada que possui o magistério é professora primária da escola em Miguel Rodrigues. A entrevistada que possui o 2.^o grau completo se ressentia por não ter continuado o estudo. “ *Parei de estudar porque casei cedo... tinha só 18 anos.*”

Ao fazer uma comparação entre o número de filhos com a idade do casal podemos introduzir o trabalho de PAIXÃO (1994), que estuda as variações na estrutura do poder conjugal ao longo da vida de 20 famílias da microrregião rural de Viçosa, e menciona a existência de uma divisão no ciclo de vida em sete estágios que podem explicar a existência de casais novos – entre 30 a 45 anos – com um número alto de filhos, como também casais mais velhos – acima de 60 anos – com poucos filhos. Segundo a autora, os sete estágios são: I - Casal recém-casado sem filhos, como o caso de João e Clara; II - Casal com um ou mais filhos em idades pré-escolares, como os casos de Sebastião e Cristina,

Anastácia, Maria e Nelson; III - Família com crianças em idade escolar, com o filho mais velho entre 2 a 6 anos, como o caso de Wilson e Irene, Geraldo e Sandra, Laércio e Arlinda; IV - Casais com filho mais velho de 5 a 12 anos, como o caso de Alberto e Maria, Joaquim e Zélia; V - Casais com filho mais velho de 13 a 19 anos, Gilberto e Maria, Roque e Beth, Antônio e Maria; VI - Família de meia idade com filhos saindo de casa, como o caso de José e Maria; e VII - Casais envelhecendo com todas as crianças ausentes não foi verificado pelo fato de alguns estarem casados pela segunda vez.

Este resumo dos estágios do ciclo de vida familiar, permitiu observar que a organização e a divisão do trabalho por sexo e idade dependem do número de filhos do casal e de seu ciclo de vida. Para se obter uma melhor análise deste ciclo de vida nos casais de Miguel Rodrigues, observou-se que a faixa etária da população masculina (entre 20 a 49 anos) corresponde a 18 casos enquanto que a população feminina corresponde a 23 casos. Com isso nota-se um pequeno peso da população acima de 60 anos para ambos os sexos, correspondendo cinco casos para o sexo masculino, e dois casos para o sexo feminino. A faixa etária entre 50 a 59 anos foi representada por dois casos para ambos os sexos. Em resumo, as idades de 39, 44, 46 e 47 anos ocorreram com maior frequência para o sexo masculino com dois casos para cada idade. Por outro lado, a maior frequência de idade para o sexo feminino foram as idades de 23, 27, 33 e 42 anos, também com dois casos para cada idade.

Como o número médio de filhos é de dois a três, verifica-se que o contexto de ter uma família extensa como forma de garantir uma mão-de-obra disponível, não se aplica entre os pequenos produtores rurais de Miguel Rodrigues. Isto pode estar relacionado com a preocupação dos pais em priorizarem a educação dos filhos, sem deixar de lado o fato de ainda precisarem da roça para a sobrevivência, mesmo se esta não representa a principal fonte de renda. A contradição entre priorizar a educação dos filhos e ao mesmo tempo fazer com que eles não esqueçam de suas referências – de serem nascidos e criados na roça - pode revelar novas formas de estratégias de reprodução social. Por um lado, ainda persiste a idéia tradicional do filho em continuar a viver no

meio rural, e por outro, a idéia de preferir que seus filhos busquem, através dos estudos, uma nova vida, um emprego, que lhes garanta melhores condições de vida.

Uma outra forma de ajuda foi encontrada na família que possuía uma mercearia (misto bar e mercearia). A mãe relatou que prefere que seus dois filhos fiquem trabalhando na venda da família, por ser um trabalho mais leve e próximo da casa.

“ Meus filhos chegam cansados da escola, eles estudam em Barro Branco. ... Tenho uma filha que é formada e mora em Mariana. Quero que os outros também façam isso, dou muito incentivo para eles estudarem.”

O fato dos pais optarem por seus filhos trabalhem na venda indica uma forma de conflito, pois ao mesmo tempo em que a terra representa um patrimônio real, o trabalho na venda favorece aos filhos a oportunidade de se dedicarem mais aos estudos, por ser um trabalho leve, e ao mesmo tempo, fazendo com que eles sigam o mesmo caminho da irmã que mora e trabalha em Mariana.

O empenho da maioria dos filhos em ajudarem seus pais na roça pode ter uma relação direta com o fato dos pais estarem acostumados, desde pequenos, a trabalharem na terra, por obrigação ou por vontade própria. Conforme já mencionado, há uma preocupação em transmitir aos filhos tudo aquilo que lhe foi ensinado. Afinal, foi a roça quem garantiu a sobrevivência de seus pais e das gerações passadas. Um entrevistado mencionou que foi através do trabalho na roça que ele conseguiu tudo o que possui hoje; uma casa, um pedaço de terra para plantar, dentre outras coisas. Mais uma vez a dualidade se apresenta entre a certeza de que a educação dos filhos é a melhor opção entre o trabalho na roça, que proporciona um “saber” e uma vez incorporado, não será esquecido.

Nem todos os entrevistados se lembram exatamente com qual idade, ou em que época começaram a trabalhar na terra. Em alguns casos, todos começaram a trabalhar desde cedo, com idades entre 6 a 16 anos de idade. Outros mencionaram que começaram a trabalhar na roça há mais ou menos 18,30,35 e 38 anos atrás. E apenas um mencionou que só trabalhou até os 18 anos porque resolveu ir para São Paulo, aonde permaneceu por 26 anos e só quando se aposentou é que retornou para Miguel Rodrigues.

Entretanto, nenhum entrevistado demonstrou insatisfação pelo fato de começarem, desde cedo, a trabalhar na roça. Pelo contrário, o trabalho na roça significou para eles a segurança de uma vida mais tranqüila, no que se refere às condições mínimas de sobrevivência, como alimentação, conforme demonstrado por uma informante:

“É uma coisa que devo a ele (ao pai) de trabalhar desde pequena na roça com mais ou menos 7 anos. Agora qualquer coisa que tiver de fazer eu faço”. De acordo com outro informante :” Eu trabalhava com meu avô na chácara dele. Ele é de Milão lá da Itália,..., ele me ensinou a plantar a conhecer as plantas medicinais. Foi bom... agora não tem vida ruim, só doença... tudo se adquire com o trabalho”.

O principal motivo dos pais terem começado a trabalhar na roça desde cedo, é o mesmo que leva as crianças e adolescentes de hoje a trabalharem na roça: de ajudar os pais, como pode ser observado pela opinião de uma informante: *“Comecei a trabalhar na roça há mais ou menos 20 anos atrás, ..., plantava na roça para poder viver, só que antes era mais fartura.”* Apenas um informante relatou que teve que parar com os estudos para ajudar os pais. Mesmo assim não demonstrou insatisfação ou raiva, pelo contrário, para ele: *“... foi bom, pois hoje tenho meu pedaço de terra para plantar e planto o que quero.”*

Ainda analisando o Quadro Geral, foi verificado a existência de cinco categorias diferentes de acesso à terra, conforme demonstrado pela Tabela 4. É importante salientar que tais categorias foram definidas pelos próprios moradores, não havendo nenhuma imposição por parte da pesquisadora.

Tabela 4 - Modo de ocupação ou relação com a terra das famílias de pequenos agricultores familiares do povoado de Miguel Rodrigues

Formas de ocupação ou de relação com a terra	Frequência	% Simples	% Acumulado
Proprietário	9	33,3	33,3
Proprietário/Patrimônio da Igreja	2	7,4	40,7
Meeiro	14	51,9	92,6
Assalariado rural	1	3,7	96,3
Mora de favor	1	3,7	100,0
Total	27	100,0	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com a Tabela 4, percebe-se que a maior parte dos entrevistados, 14 casos (ou 51,9%) são meeiros e terão suas terras alagadas mediante a construção da UHE de Fumaça, o que compromete a pequena produção que se resume, em geral, aos cultivos de milho, arroz e feijão e, em alguns casos, ao cultivo ainda menor do amendoim. Os cultivos de mandioca, café, cana-de-açúcar e batata são produzidos em quantidades mínimas no próprio terreiro (quintal) da casa e são destinados apenas ao consumo familiar. O milho, arroz e feijão, como são cultivados em uma parcela um pouco maior, são destinados ao consumo, e o restante para a comercialização (venda ou troca) com os vizinhos ou comunidades mais próximas. Entretanto, a construção da UHE Fumaça não afetará somente os meeiros. Os proprietários, assalariadas e até a moradora que mora de favor, também terão suas terras ou casas alagadas pela construção da barragem de Fumaça.

A categoria meeiros é definida em termos locais como a parcela da população que não possui terras próprias. Em geral, os meeiros trabalham em fazendas “maiores” situadas nos povoados vizinhos a Miguel Rodrigues. O cultivo é feito em terras de pessoas que são proprietários, havendo um acordo entre ambas as partes. O proprietário cede uma parte de sua terra em troca da metade da produção que for colhida pelo meeiro.

Entretanto, existem situações em que os próprios proprietários pagam a despesa para o cultivo tais como adubos (preparação do terreno) e sementes. Para esses casos, o proprietário fica com 2/3 da produção colhida contra 1/3 que é destinado ao meeiro. Dos 14 entrevistados que se definiram como meeiros, cinco recebem 1/3 da produção e nove dividem a produção colhida com o proprietário.

Entre a população que se definiu como meeiros por plantarem em terras que não são suas, observou-se que os principais cultivos são o do milho, arroz e feijão havendo uma variação entre eles. Ou seja, alguns meeiros plantam os três cultivos em conjunto, enquanto que outros plantam milho e feijão, feijão e arroz e milho e arroz. O uso da terra por hectare plantado, para essa categoria de meeiros, variou entre 0.5 ha até 1.66 ha.

Deve-se salientar a dificuldade em definir, com uma certa exatidão, o uso da terra cultivada em hectares. Isto porque a pesquisadora necessitou da ajuda do técnico da Emater de Diogo de Vasconcelos, para transformar/converter as unidades de medida como quilo, litro, carro e besta – que constituem unidades de medidas utilizadas na localidade – para a medida em hectares. Tal situação constitui em diferentes formas que os moradores de Miguel Rodrigues e região tem para definição das áreas cultivadas. Isto significa que as unidades de medidas concretas são diferentes das abstratas, ou seja, nossa unidade de medida (hectare) não é aplicado ou é comum entre os moradores de Miguel Rodrigues e vice versa.

Observa-se também, pela Tabela 4, que apenas um caso no qual o entrevistado se definiu como sem terra própria, embora tenha uma relação com a terra através do seu trabalho com o ganho diário. Tal situação refere-se a um trocador de ônibus, aonde é sua mulher quem trabalha na roça como forma de “ajudar” o sustento da casa, ganhando R\$ 4,00 por dia de trabalho. Esse recurso é uma forma de completar a renda familiar que não está sendo suprida pelo trabalho do marido como trocador de ônibus. Para esta situação verifica-se que a mulher além de desempenhar as atividades domésticas como cozinhar, lavar, limpar a casa e cuidar das crianças, ela desempenha uma atividade que está diretamente ligada ao cultivo da terra. Assim, cabe à mulher desempenhar as

tarefas do cotidiano da casa como também, as tarefas que deveriam, a princípio, ser desempenhadas pelos homens-maridos que estão relacionadas ao cultivo da terra.

A escassez, ou falta de alimentos necessários para sustentar a família, faz com que a mulher, em um ato de solidariedade e afeto para com o marido e os filhos, receba a responsabilidade de complementar a renda familiar através de seu trabalho na roça, conciliado com as tarefas domésticas. Assim, apesar do marido não trabalhar na roça, percebe-se que ele é o principal provedor material da unidade produtiva, cabendo à mulher a tarefa de “ajudar” o sustento da casa. Mais uma vez, percebe-se a divisão do trabalho por sexo.

Um outro caso refere-se a uma entrevistada viúva que mora de favor com seus cinco filhos pequenos em uma casa que vai ser destruída por estar na área a ser diretamente alagada. Tal entrevistada, apesar de não possuir terras, consegue o sustento da família com a pensão deixada pelo marido e com o trabalho de ajudante quando os vizinhos necessitam. Essa foi uma maneira encontrada pela entrevistada como forma de sustentar seus filhos em uma atividade não-agrícola. Em um local onde a agricultura não é próspera, verifica-se que os vizinhos e amigos, em um ato de ajuda, oferece serviços para ela.

Ainda analisando a Tabela 4, verificou-se também que 7,4% da população que são proprietários, o terreno aonde suas casas foram construídas são do patrimônio da Igreja local. Esses proprietários se definem como donos daquilo que plantam, mas não possuem a mesma segurança no que se refere a sua residência, apesar da igreja nunca ter reivindicado os terrenos de volta. Já os proprietários de terra representam nove casos (ou 33,3%) da população de Miguel Rodrigues, existindo uma variação de 1,33 ha até 18 ha. Entretanto, vale ressaltar que a maior parte dos proprietários que possuem uma maior quantidade de terra são herdeiros e por isso dividem, ou vão dividir, suas terras.

Assim como os meeiros, os proprietários plantam em maior quantidade o milho, arroz e feijão, que são destinados ao consumo familiar, incluindo despesas com ração para animais, e venda e, ou, troca. Os demais cultivos como o amendoim, mandioca, cana-de-açúcar, inhame e café são plantados em menores

quantidades e destinados para o consumo familiar. Ao contrário dos meeiros, os proprietários plantam todos os cultivos indicados acima em um mesmo terreno. Na área do terreiro (ou quintal) encontram-se a horta e o pomar.

Deve-se destacar que, tanto para os meeiros quanto para os proprietários, o plantio do feijão é o único que causa insegurança em termos da produção cultivada. Isso porque o feijão, segundo os entrevistados, é o que mais depende das condições climáticas, conforme mencionado por dois entrevistados:

“Há dois anos que plantamos feijão mas não colhemos quase nada, o tempo não deixa”. “ O feijão é de acordo com tempo, a gente nunca sabe direito se vai colher muito ou pouco”.

Segundo o técnico da Emater, o cultivo do feijão está sujeito às condições naturais como clima, temperatura e a época de execução. É por isso que o feijão é mais sensível, por depender desses condicionantes, sendo impossível ter uma certa precisão da colheita.

Outro indicador importante para a caracterização das famílias dos pequenos proprietários rurais de Miguel Rodrigues é o rendimento salarial fora da unidade produtiva. Inicialmente, pretendia-se obter o nível de renda dos pequenos produtores rurais, mas como nem todos souberam responder as perguntas referentes aos custos da produção, optou-se pelo rendimento, já que a grande maioria recebe aposentadoria. A falta de informação dos entrevistados referentes aos custos, deve-se ao fato de serem pequenos agricultores que destinam sua pequena produção à família.

Das 27 famílias entrevistadas, 21 possuem uma fonte de renda fixa, e a maioria, ou seja, nove casos (ou 33,3%) recebem o equivalente a um salário mínimo e um caso (ou 3,3%) recebe quase um salário. Da população que recebe um salário mínimo, observou-se que em seis casos, a renda é proveniente da aposentadoria do chefe da família, e em dois casos, os entrevistados se encontram ausentes de Miguel Rodrigues por trabalharem em outra cidade. Neste contexto, pode-se inferir que o FUNRURAL¹ possibilitou com que os pequenos

¹ A Lei n.º 4.214, de 2 de março de 1963, criou o FUNRURAL (Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural) que instituiu benefícios aos trabalhadores rurais dependentes e autônomos em regime de economia familiar. O FUNRURAL oferecia aposentadoria por idade aos 65 anos, por invalidez, pensões para viúvas e órfãos, auxílio-funeral e assistência médica. Em 1975 foi incluída no plano de benefícios a

produtores garantissem, através de sua aposentadoria, a permanência das pessoas no meio rural. No caso específico de Miguel Rodrigues, por não ser um povoado com uma agricultura próspera, a aposentadoria foi um fator importante para a permanência, pelo menos dos mais velhos, no povoado.

Os maiores níveis de rendimento, R\$ 800, 960 e 1000 reais, representam o somatório da renda masculina com a feminina. No primeiro caso, a renda masculina é proveniente de frete de carro, enquanto sua esposa é funcionária pública do posto de saúde de Miguel Rodrigues. No segundo caso o entrevistado trabalha em sua própria lavoura enquanto sua esposa é professora primária na escola local. Já os donos da venda relataram que recebem mais ou menos R\$1000,00 incluindo o trabalho do marido como dono e motorista de ônibus que leva os moradores até a cidade de Mariana. Os demais níveis de renda são provenientes de aposentadorias ou de trabalhos temporários como carpinteiro e pedreiro para os homens, e de fazer faxina e trabalhar na roça por dia para as mulheres, conforme apresentado pela Tabela 5.

Ainda observou-se que 6 entrevistados (ou 22,2%) não possuíam salário, sendo que um deles não quis relatar o valor. Nesses casos, os informantes sobrevivem apenas com trabalhos na atividade agrícola, em sua propriedade ou como meeiros.

Conforme já foi mencionado, das 27 famílias entrevistadas, apenas 6 sobrevivem do trabalho da roça, contra 21 casos em que algum membro da família executa atividade externa à propriedade, quer seja em atividade agrícola ou não. Vale salientar que as famílias que não possuem uma fonte de salário executam suas atividades não-remuneradas por conta própria valendo-se apenas do trabalho da família sem contratar nenhum tipo, ou o mínimo necessário, de assalariado.

Tabela 5 - Rendimentos das famílias do povoado de Miguel Rodrigues

Renda Mensal vitalícia para idosos a partir de 70 anos e para inválidos. Atualmente, existe uma nova legislação referente à Previdência Social, que extingui o FUNRURAL, instituída pela Lei n.º 8.540, de 22 de dezembro de 1992. Com o novo modelo previdenciário, verificou-se o aumento do número de benefícios mantidos. Ver DELGADO (2001).

Salário	Frequência	% Simples	% Acumulado
Nenhum	6	22,2	22,2
100,00	1	3,7	25,9
120,00	2	7,4	33,3
150,00	1	3,7	37,0
151,00	9	33,3	70,4
180,00	1	3,7	74,1
200,00	1	3,7	77,4
280,00	1	3,7	81,5
450,00	2	7,4	88,9
800,00	1	3,7	92,6
960,00	1	3,7	96,3
1000,00	1	3,7	100,0
Total	27	100,0	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

Um outro aspecto importante refere-se a pluriatividade das famílias dos pequenos produtores. A pluriatividade é a combinação permanente de atividades agrícolas e não-agrícolas em uma mesma família. Tanto pode ser um recurso para a sobrevivência, como uma estratégia individual de seus membros. Seja como alternativa de sobrevivência ou por estilo de vida – no caso os jovens – viver no campo mas ter outras atividades além da agricultura, é um fenômeno observável no povoado de Miguel Rodrigues, já que parte dos membros da unidade familiar continuam residindo na propriedade, mas trabalhando como servente e ajudante de gás nas cidades mais próximas da região ou na própria localidade que residem. A pluriatividade também foi verificada para os filhos conforme demonstrado pela análise da Tabela 2, que mostra as várias formas de “ajuda”, dentre eles, os filhos dos agricultores que ajudam seus pais através do trabalho urbano.

Ao analisar as diferentes ocupações principais da população rural masculina de Miguel Rodrigues, podemos concluir que há uma forte presença do trabalho na roça ou lavoura, conforme indicado pela Tabela 6.

Tabela 6 - Ocupação principal da população rural masculina de Miguel Rodrigues

Tipo de ocupação	Frequência	% Simples	% Acumulado
Roça (lavoura)	13	50,0	50,0
Ajudante de gás	2	7,7	57,7
Ajudante de electricista	1	3,8	61,5
Aposentado	2	7,7	69,2
Trabalho na venda	1	3,8	73,1
Trocador de ônibus	1	3,8	76,9
Servente em BH	1	3,8	80,8
Trabalho com pedra sabão	1	3,8	84,6
Motorista de ônibus	1	3,8	88,5
Cuidar da criação e da roça	1	3,8	92,3
Olhar o quintal	1	3,8	96,2
Cuidar do quintal e fazer frete de carro	1	3,8	100,0
Total	26	100,0	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

Vale ressaltar que a ocupação principal, é uma categoria definida pela própria pesquisadora que, significa aquele trabalho considerado como indispensável pelos indivíduos de ambos os sexos, ou seja, uma tarefa que é desempenhada todos os dias, garantindo o sustento da unidade familiar.

Entretanto, quando se observa em maior detalhe a ocupação principal dos chefes da família, verifica-se uma certa diferença entre as atividades principais agrícolas e não agrícolas. Assim, as ocupações principais não agrícolas representam um somatório de sete casos, com as mais diversas atividades tais como ajudante de pedreiro e de electricista, servente, motorista e trocador de ônibus dentre outros. Assim sendo, pode-se inferir que as atividades não

agrícolas estão ocupando um espaço cada vez maior no meio rural. Tal situação torna-se ainda mais evidente quando observa-se a ocupação secundária exercida pelos chefes das unidades familiares de Miguel Rodrigues, como demonstra a Tabela 7.

Tabela 7 - Ocupação secundária da população rural masculina de Miguel Rodrigues

Tipos de ocupação	Frequência	% Simples	% Acumulado
Carpinteiro	3	11,5	11,5
Pedreiro	3	11,5	23,1
Ajuda os familiares na roça	2	7,7	30,8
Não tem	16	61,5	92,3
Cuidado com a horta e retirar lenha	1	3,8	96,2
Fazer “bicos” em outras cidades	1	3,8	100,0
Total	26	100,0	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

A ocupação secundária também foi uma categoria utilizada pela pesquisadora, ao perceber que grande parte da população de Miguel Rodrigues – de ambos os sexos – exerce uma outra atividade como forma de complementar a renda familiar.

Embora os 16 entrevistados (ou 61,5%) mencionem que não possuem uma ocupação que exercem em determinados dias, ou com menor frequência, verifica-se que sete entrevistados relataram serviços que são considerados como não agrícolas mas como carpinteiro, pedreiro e até de fazer “bicos” em cidades mais próximas. De acordo com os informantes, tais atividades são exercidas de modo temporário e não frequentes, não cotidianos, e são executadas com o intuito de complementar a renda familiar.

Embora hajam dificuldades crescentes com os quais os pequenos produtores rurais vêm encontrando para manter-se no meio rural, eles ainda se definem como pequenos produtores rurais, à medida em que a roça continua sendo a unidade mais importante da propriedade, produção, consumo, reprodução social, dentre outros. A diminuição das atividades agrícolas, verificadas tanto pela ocupação principal quanto secundária, pode ser explicada pela redução dos preços dos principais produtos agrícolas da comunidade, que seriam o milho, arroz e feijão. Conforme será analisado com mais detalhe no próximo capítulo, a grande parte dos pequenos produtores rurais mencionou que a venda de tais produtos não está sendo satisfatória mediante a baixa dos preços recebidos pelos produtores, ocasionando uma queda em suas rendas.

Em geral, os homens-maridos que não possuem uma ocupação secundária, trabalham exclusivamente na roça não exercendo atividades não-agrícolas. Esse fato é derivado do recebimento da aposentaria de alguns moradores do povoado. Ou seja, por mais que o trabalho na roça apresente dificuldades para os pequenos produtores rurais se reproduzirem, a renda mensal proveniente da aposentadoria proporciona um “certo alívio” ao permitir que tais indivíduos não exerçam algum tipo de atividade não-agrícola, fazendo com que o trabalho na roça continue sendo exercido, sem a preocupação de procurar outras fontes de renda que assegurem a subsistência da unidade familiar.

Já as ocupações secundárias agrícolas representam apenas 3 casos, como as atividades de ajudar seus familiares no trabalho da roça, e retirar lenha, e cuidar do plantio, já que no dia-a-dia tais entrevistados não desempenham atividades agrícolas. Tal situação comprova a tendência de um número cada vez menor de pequenos produtores ocupados em atividades agrícolas.

No que se refere à ocupação principal e secundária desempenhadas pelas mulheres do povoado de Miguel Rodrigues, não muito diferente de outros estudos que tratam da divisão do trabalho por sexo, a principal função exercida pelas mulheres é o trabalho da casa, ou serviço doméstico, com 11 casos (ou 40,74%).

Cuidar da casa, para as mulheres do povoado de Miguel Rodrigues, significa desempenhar várias tarefas vinculadas à casa, como limpeza, alimentação e cuidado com os filhos, como também, o cuidado com o quintal que inclui a horta, pomar e a criação de pequenos animais, como galinhas e porcos. Nesse sentido, vale ressaltar que o trabalho doméstico não se restringe apenas à casa (espaço físico), mas sim ao terreiro onde são criados animais de pequeno porte, que são essenciais para a satisfação do consumo doméstico. Em suma, a atividade doméstica é uma combinação entre o trabalho doméstico e o trabalho propriamente produtivo, uma vez que os espaços do trabalho e os da casa são os mesmos.

Contudo, existem outros tipos de ocupações principais relatadas pelas mulheres conforme pode ser observado pela Tabela 8.

Tabela 8 - Ocupação principal da população rural feminina de Miguel Rodrigues

Tipos de ocupação	Frequência	% Simples	% Acumulado
Cuidar da casa	11	40,74	40,74
Cuidar da casa e da roça	4	14,81	55,55
Servente de escola	1	3,7	59,25
Professora	1	3,7	62,95
Funcionária pública	1	3,7	66,65
Cuidar da roça	6	22,22	88,87
Cuidar da casa e da venda	1	3,7	92,57
Cuidar da roça e da criação	1	3,7	96,27
Não tem	1	3,7	100,0
Total	27	100,0	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

Uma outra ocupação principal que merece destaque refere-se ao trabalho na roça que representou seis casos (ou 22,22%). Nessas situações, as mulheres que possuem como ocupação principal o trabalho na roça são meeiras, com 4, casos ou seus maridos encontram ausentes de Miguel Rodrigues por trabalharem em outras cidades representando dois casos. Nessa última situação, verifica-se que mediante a ausência dos maridos, são as próprias mulheres que trabalham na roça como forma de complementar a renda familiar visando um sonho antigo, que é o de ter sua própria terra, já que trabalham como meeiras.

Os outros quatro casos, referem-se, em sua maioria, a meeiros no qual a mulher acompanha, todos os dias, seu marido no trabalho da roça, desempenhando os mesmos serviços como adubar a terra, plantar ou colher.

Nota-se também, assim como no caso dos homens, embora em menores proporções, atividades não agrícolas desempenhadas pelas mulheres tais como professora, funcionária pública e servente da escola, que requer uma maior qualificação. Apenas uma entrevistada relatou não ter uma ocupação principal já que é viúva, mora de favor, não planta e apenas faz trabalhos esporádicos como faxineira. O fato de tal entrevistada não exercer nenhum tipo de ocupação principal, pode estar relacionada com o fato de ser viúva e receber uma pensão. Assim, ela desempenha alguma atividade quando se encontra em situações financeiras difíceis.

No que tange aos tipos de ocupações secundárias, observou-se que a maior parte, 12 casos, das mulheres não possuem nenhuma ocupação secundária.

Já as mulheres que mencionaram como ocupação secundária o cuidado com a casa, são aquelas que possuem, como ocupação principal, as tarefas não agrícolas (professora e funcionária pública), como também, o trabalho na roça. Assim, os cuidados com a casa, que incluem a socialização dos filhos, alimentação, limpeza da casa e tarefas relativas ao quintal (horta, pomar e criação de animais) fazem parte das tarefas secundárias desempenhadas durante a noite e nos finais de semana.

Os tipos de ocupação como fazer faxina e costurar, com um caso para cada, são desempenhadas de maneira esporádica, ou seja, só são exercidas quando os vizinhos ou familiares necessitam.

A descrição dos dados permitiu observar, embora Miguel Rodrigues seja uma comunidade caracterizada como rural, uma combinação entre atividades agrícolas e não agrícolas com as variáveis de ocupação principal e secundária. A partir de tal combinação, notou-se que nem todos os indivíduos que residem em Miguel Rodrigues têm ali o seu local de trabalho e sua fonte principal de renda.

A composição sócio familiar dos moradores de Miguel Rodrigues permitiu analisar, através das características básicas do pequeno produtor rural, como o povoado se reproduz socialmente e economicamente. As análises sobre a composição sócio familiar deixaram claro que a estratégia de reprodução se baseia em atividades agrícolas e não agrícolas, já que a atual situação de Miguel Rodrigues é de ser um povoado pouco dinâmico no que se refere ao contato comercial com as regiões mais próximas.

4.2. Caracterização da unidade de produção

Um dos elementos fundamentais para se conhecer e interpretar o modo de funcionamento das unidades que operam com base no trabalho familiar é o processo produtivo. Para análise das práticas produtivas das unidades familiares de Miguel Rodrigues optou se por caracterizar a posse dos bens existentes no momento da pesquisa de campo, bem como a forma de exploração econômica e as relações com o mercado, seja ela pessoal ou impessoal.

No que se refere à estrutura fundiária, a Tabela 9 demonstra que oito famílias ou 29.62% possuem áreas não superiores a 1 hectare.

Tabela 9 - Estratificação de área dos produtores rurais do povoado de Miguel Rodrigues

Estratos de área em hectares	Frequência	% Simples	% Acumulado
0-1	8	29.62	29.62
1-2	6	22.22	51.84
2-5	2	7.40	59.24
5-8	2	7.40	66.64
8-12	3	11.11	77.75
18-32	3	11.11	88.86
33	1	3.70	92.56
Não tem	2	7.40	100.00
Total	27	100.00	100.00

Fonte Dados da pesquisa.

Dos oito pequenos produtores que possuem áreas inferiores a 1 hectare, sete são meeiros e apenas um se diz proprietário de uma área grande, mas que apenas 0.5 ha é de sua responsabilidade. Segundo a informante, a área total ainda será dividida entre os parentes “*É por isso que minha terra é pouca.*” Este fato comprova que não há posse formal da terra, o que estabelece uma dependência até a formalização da transmissão da terra/patrimônio pelo processo de herança. Contudo, mesmo sendo dependente, a família permite que o informante exerça sua atividade produtiva na terra de forma independente. Dentre as 6 famílias que possuem áreas até 2 ha, apenas um é proprietário, sendo o restante meeiros.

De um modo geral, as áreas superiores a 7 hectares são de proprietários. Apenas dois proprietários possuem áreas inferiores a 2 ha. Vale ressaltar que as maiores áreas de terras (superior a 7.2 ha) são de heranças que ainda não foram repartidas entre a família, como é o caso do informante que possui uma área total de 33.9 ha que será dividida entre os sete irmãos. Após a divisão, cada irmão terá direito a aproximadamente 4.8 ha.

Os dados revelam também que a obtenção de terra através da herança é atribuída tanto pela família de origem do homem quanto pela família de origem

da mulher. Dentre as sete famílias que possuem áreas entre 8 a 33.9 hectares, em três casos foi o homem-marido quem herdou a propriedade, e apenas um caso foi a esposa. Em suma, a herança representa um mecanismo importante de acesso à terra. Nos demais casos, a obtenção da terra foi através de compras de parentes ou de terceiros.

Entretanto, deve se levar em consideração a combinação das duas formas de aquisição da propriedade, como por exemplo, herdar uma parte (da família da esposa ou do marido), e comprar outra de parentes e, ou, de terceiros. Assim sendo, torna-se difícil saber com exatidão a proporção da terra que é herdada ou obtida através da compra, pois os dados demonstram a soma da propriedade.

No que se refere à forma de uso da propriedade e à organização do processo produtivo, percebeu-se que na ampla maioria das pequenas propriedades o trabalho e a exploração da terra é realizado pelos próprios membros da família.

O arrendamento da terra para terceiros não foi constatado no povoado de Miguel Rodrigues, entretanto verificou-se a existência de agricultores que contratam trabalhadores em regime de assalariamento por dia de trabalho. Das 27 famílias entrevistadas, 12 contratam pessoas fora do ciclo familiar para trabalhar na roça. Em geral, e na maioria dos casos, a contratação é feita nos períodos da plantação e em alguns casos na época da colheita. De acordo com um informante, a época em que mais se precisa contratar pessoas para trabalhar na roça é no período de plantio, porque segundo ele *“Na roça não tem época certa pra trabalhar... com máquina vai fácil, mas no braço fica complicado.”* Outro informante afirmou contratar outras pessoas para trabalhar na roça, e ressaltou que *“... sempre trabalho sozinho, mas quando tenho dinheiro pago, quando não tenho faço sozinho, mas só pago pra plantar, colher mesmo, faço sozinho.”* Nessa situação, é o dinheiro que permite as relações de troca. Já outro informou que só contrata quando fica doente, segundo ele *“... a saúde é a maior riqueza”*.

A média das pessoas que são contratadas varia entre 2 até 10 pessoas, dependendo se é para plantar ou colher. O pagamento varia entre 5 ou 6 reais por dia de trabalho. Entretanto, vale ressaltar que a contratação não é representada

por uma relação entre patrão e empregado, mesmo que a troca de pagamento seja em dinheiro. No momento de aperto, acúmulo de tarefas no processo produtivo como um todo, por falta de braços, o trabalhador temporário contratado continua sendo seu vizinho ou companheiro. Assim, fica claro evidenciar que as relações de vizinhança/parentesco, constituem um elemento importante na constituição da comunidade, e conseqüentemente, é o elemento fundamental para a reprodução social do grupo, já que a comercialização mercantilizada não é o meio principal de garantir a sobrevivência da família.

Por outro lado, existem aqueles pequenos proprietários que não contratam pessoas para o trabalho da roça. Na verdade, o que ocorre é a troca de serviços entre vizinhos e, ou, parentes. De acordo com um informante, “... *quando a gente precisa de ajuda a gente pede e eles ajudam sem compromisso.*” Tal forma de organização é conhecida pelos moradores de Miguel Rodrigues como troca de dia ou troca de serviço. A troca ocorre entre vizinhos e/ou parentes, e quando são eles quem precisam de ajuda chama o outro para quem trabalhou. É importante salientar que a forma de pagamento é de serviço por serviço, sem compromisso, ou seja, eu te ajudo hoje e quando eu precisar você me ajuda. “*Quando um precisa, chama o outro... não tem época certa para pagar pelo serviço.*” Assim a forma de pagamento é com o próprio trabalho. O fato de confiar em alguém, permite com que o serviço seja pago sem compromisso, ou seja, sem data definida. Conforme Mauss, citado por CAILLÉ (1998), não há escolha ou desconfiança, ou desconfia ou confia totalmente. Entretanto, vale ressaltar que mesmo que o pagamento ocorra sem compromisso, nenhum morador de Miguel Rodrigues se encontra em situação de “débito”. Na primeira oportunidade que o “devedor” tem para “quitar sua dívida”, ele o faz com a prestação de seus serviços. Fica claro que os moradores tem uma obrigação de cumprir com seus compromissos. Obrigação no sentido de que o dar e retribuir não é um ato mecânico e imediato, mas sim, que está imerso em uma situação de espontaneidade, conforme relatado por Mauss, citado por CAILLÉ (1998).

Apenas um entrevistado relatou que não contrata ninguém porque “ *não se planta em quantidade grande é só para sobrevivência pra despesa da gente mesmo.*” Essa situação revela que quanto menor a área de terra, a garantia de reprodução familiar ocorre com o próprio trabalho familiar.

No que se refere à forma de utilização da terra, constatou-se que todos os pequenos proprietários a utilizam com lavouras de milho, arroz e feijão, que são plantados em maior quantidade, pomar hortas e benfeitorias. A presença de animais nas unidades familiares também foi levada em consideração devido a sua relação com o autoconsumo doméstico.

Tabela 10 - Estoque de animais das famílias de pequenos produtores rurais do povoado de Miguel Rodrigues

Animais	Frequência (número de propriedades)	% Simples	% Acumulado
Bovinos	6	16.21	16.21
Suínos	4	10.81	27.02
Eqüinos	5	13.51	40.53
Galinhas	22	59.45	100.00
Patos, Gansos	-	-	100.00
Total	37	100.00	100.00

Fonte Dados da pesquisa.

Vale ressaltar que os proprietários, em geral, tiveram uma certa dificuldade em responder a respeito da quantidade de animais adquirida no últimos 12 meses que são destinados à venda e ao consumo.

No que se refere a criação de galinhas, a maior parte é destinada ao consumo da própria família, em menor proporção, e dos ovos em maior proporção, sendo mais comum comprar a galinha do que matar. Para essa situação, existem várias explicações diferentes entre os entrevistados. Um relatou

que não mata suas galinhas porque sua criação é pequena- ou porque produz pouco, sendo preferível comprar. Outro entrevistado relatou que às vezes compra “ *porque não quer matar... galinha é pra botar*”. De acordo com um outro informante “*a gente cria galinha só por causa do ovo que é bonito. Quando acaba os que estão bons aí a gente compra... mas compra pra comer.*” Outro mencionou que “*... é sempre bom ter criação de galinha porque a gente sempre recebe visita em casa.*” Em média, cada proprietário possui uma criação que varia entre 5 até 80 cabeças, que é um caso único extremo. Observou-se também, que é muito freqüente a criação ser destinada mais para o consumo do que a venda, sendo esta realizada de modo mais esporádico e incerto.

Assim sendo, percebe-se que os pequenos produtores organizam a criação de animais considerando o consumo familiar, e não visam a comercialização como uma atividade rotineira. Pelo contrário, a comercialização ocorre uma vez ou outra, não tendo época certa. Todos os moradores de Miguel Rodrigues relataram que a comercialização não é compensatória: “*... a gente dá duro para pagar pouco... é melhor ficar pra gente mesmo e pra família .*” A comercialização só ocorre quando um vizinho/parente faz questão de comprar algo: “*Eu prefiro emprestar depois ele me paga com o mesmo produto, se ele insistir, fazer o que, ... é meu amigo né.*” Essa situação, embora represente uma relação de confiança e solidariedade, ao mesmo tempo significa que o fato de ficar devendo algo, mesmo que seja para um amigo, representa que, mais cedo ou mais tarde, o pagamento deve ser efetuado para que as relações de amizade e vizinhança perdurem por muito tempo. Então, prefere-se pagar do que continuar “devendo”.

Entretanto, deve-se enfatizar que este tipo de comercialização não é muito freqüente em Miguel Rodrigues. A comercialização, geralmente ocorre, em situações financeiras difíceis, ou quando um parente está muito doente. Mesmo assim a comercialização não é feita em grande quantidade e diversidade. Apenas “pega-se” o excedente e vende.

Isso também ocorre para a criação de bovinos, eqüinos e suínos com uma pequena diferença. Nem todos os pequenos produtores possuem algum tipo

destas criações, ou seja, do total de 27 entrevistados apenas 12 possuem criação de suínos e, ou, eqüinos e, ou, bovinos. Uma outra diferença é que a criação (número de cabeças) é bem menor quando se comparado a criação de galinhas. A criação de eqüinos foi constatada em apenas 5 propriedades, com uma variação de 1 a 4 cavalos/égua. Isto porque o principal motivo de ter um cavalo/égua é de servir como um meio de transporte.

Já a criação de suínos foi constatada em apenas quatro propriedades, com uma criação bem menor de uma a duas cabeças apenas. Um informante relatou que cria seu único porco para comer no Natal, que é a época da família estar toda reunida.

Por último, a criação de bovino (leite e corte), foi constatado em seis propriedades, e em sua maioria a criação era de gado de leite por causa do consumo doméstico do leite e do queijo. A comercialização do leite também é feita de uma maneira esporádica e incerta e somente para os vizinhos “*Às vezes a gente vende leite, mas não é todo o dia.*” O número de cabeças por propriedade variou entre 2 até 13 cabeças. Apenas três entrevistados não possuem nenhum tipo de criação. A criação de suínos e bovinos é de grande importância para a pequena produção por ser uma fonte de garantir a subsistência da família, como também pode representar uma reserva de valor para os momentos mais difíceis da família, como a venda do leite.

Em se tratando da produção, verificou-se que as culturas de milho, arroz e feijão são cultivadas em maior quantidade, e são destinadas para o autoconsumo da propriedade e da subsistência da família. A comercialização é feita em pequena escala, sendo mais comum a troca de produtos entre parentes e vizinhos. Um dos principais motivos da baixa comercialização é a divisão dos produtos entre os membros da família. Já outros informantes relataram que não vendem o excedente para suprir futuramente. Só em último caso, quando o produto começa a estragar, é que a venda ocorre. Vale ressaltar, que embora tais produtos sejam plantados em maior quantidade, o excedente representa uma parcela muito pequena, em geral, de um a dois sacos de 30 ou 60 kg. O cultivo do milho é o que menos sobra, apesar de ser plantado em maior quantidade, pois

além do consumo doméstico, serve como ração para galinhas e porcos. Em alguns casos, a opção por se vender o milho é por ser muito perecível.

Das 27 famílias entrevistadas, apenas nove comercializam seus excedentes. O restante da produção de milho, arroz e feijão é totalmente voltado para o autoconsumo, conforme demonstra a Tabela 11.

Tabela 11 - Proporção da produção agrícola das famílias destinado ao consumo e à venda

Produtos	Quantidade média destinada ao consumo (%)	Quantidade média destinada para venda (%)
Milho	55,90	46,87
Arroz	66,66	33,33
Feijão	42,09	57,88

Fonte: Dados da pesquisa.

Vale ressaltar, que das nove famílias que destinam sua produção para a comercialização, três não comercializam o milho; oito não comercializam o feijão e três não comercializam o arroz.

Apesar dos pequenos produtores rurais comercializarem seus produtos, não há uma integração ao mercado agropecuário, ou seja, não estão inseridos nos circuitos mercantis da produção agrícola. A forma de comercialização é feita através da venda direta com o consumidor final. Alguns vendem para os próprios moradores de Miguel Rodrigues ou para os povoados rurais vizinhos, ou até mesmo para fazendeiros da região. Outros já possuem compradores certos na cidade de Mariana e, às vezes, vendem para pequenos armazéns. Entretanto, foi constatado que a venda ocorre somente quando a família está em condições difíceis, em termos financeiros, ou quando algum vizinho realmente necessita.

Mas para este último caso, a troca ou empréstimo (termo local) , é o que mais ocorre.

A comercialização, seja ela ocorrida em Miguel Rodrigues ou não, é feita sob forma de venda direta entre vizinhos de forma picada, ou seja, vende-se um pouco para um, um pouco para outro e assim até acabar o estoque ou excedente. A comercialização não destrói a auto-suficiência doméstica, já que a venda dos excedentes é reinvestida na unidade de produção para o sustento familiar. Assim, o princípio da produção para uso próprio, mesmo quando o excedente é vendido, funciona perfeitamente já que não visa o lucro. A comercialização entre os moradores de Miguel Rodrigues e dos outros povoados próximos, mesmo sendo realizada de maneira esporádica, não “destrói” a subsistência da família. Este aspecto é consistente com POLANYI (2000), que relata que uma produção destinada ao mercado, não afeta a auto-subsistência da família, uma vez que a colheita seja reinvestida no sustento da unidade familiar.

Existem também os cultivos de outros produtos que são destinados apenas para o consumo familiar. Tais produtos são cultivados em menor proporção/quantidade. Nessa situação, todas as famílias entrevistadas não souberam relatar a quantidade exata produzida. Os principais produtos são o café, cana-de-açúcar e a mandioca. POLANYI (2000) analisa esta situação como o terceiro princípio de comportamento que não está associado basicamente à economia: é o princípio da domesticidade. Tal princípio consiste na produção para o uso próprio. Segundo POLANYI (2000: 73) “ *A prática de prover as necessidades domésticas próprias tornou-se um aspecto da vida econômica apenas em um nível mais avançado da agricultura.*” A produção de horticultura e fruticultura também estão inseridos neste contexto, isto é, destinados ao consumo doméstico. A produção de horticultura e fruticultura é bastante diversificada, encontrando-se os produtos mais comuns – alface, tomate, chuchu, banana, laranja etc. – até os menos comuns como chicória, mostarda, fruta de conde, carambola, cereja, dentre outros.

Este tipo de produção agrícola é totalmente voltado ao consumo familiar, o excedente dos produtos não é comercializado, mas sim, doado para vizinhos,

amigos e parentes. Alguns informantes relataram que tais produtos são destinados para despesa do lar, pois se for para comprar fica muito caro, o orçamento doméstico é muito pequeno.

O ato de doar ocorre porque há muito desperdício, a família não consegue consumir todos os produtos, e por isso doam para quem necessita, “... *a gente dá muito para os outros, ... quem não tem horta vem buscar*”. Um fato muito comum, é das crianças que pedem para tirar as frutas dos pés, ou para chupar cana. De acordo com um informante “... *as crianças são iguais aos pássaros, vivem comendo frutas.*”

Uma outra forma de doar é para os parentes. Assim, toda a produção que sobra é dividida entre os parentes mais próximos. Sob este aspecto um entrevistado relatou que “... *minha família é muito grande não dá para vender*”. Já outro mencionou que “... *se tiver sobrando, levo para Mariana, tenho 2 filhas lá.*”

Tais explicitações acerca da venda, troca/empréstimo e doação, permitiu elaborar uma escala para entender melhor o funcionamento das relações de troca em Miguel Rodrigues. Através dos depoimentos dos moradores do povoado, as relações de troca ocorrem na própria família por meio da ajuda das mulheres e dos filhos no trabalho da roça, ou pelo envio de dinheiro quando os filhos estão ausentes da moradia dos pais. Esse tipo de troca pode ser denominado pelas próprias relações pessoais – afeto, carinho, solidariedade – existentes na família. Já a troca/empréstimo de produtos possui uma relação de prioridade. Em primeiro lugar, está a família e, ou, os filhos casados. Entretanto, a troca/empréstimo não ocorre, já que os familiares doam ou repassam o excedente de sua produção para seus familiares. Em segundo plano encontram-se os vizinhos e amigos. Para esse tipo de relação, a troca é definida como empréstimo, e a forma de pagamento é feito com o mesmo produto na mesma quantidade, mas sem prazo definido para a devolução. Geralmente, a devolução ocorre na época da próxima colheita. Entretanto, há casos em que determinadas pessoas preferem pagar em dinheiro do que assumir o compromisso de devolver o que foi emprestado somente na próxima colheita. O ato de doar, ocorre somente para a

fruticultura e horticultura, já que tais cultivos são bastantes diversificados, e a família não consegue consumir uma grande quantidade em pouco tempo. Assim, a doação ocorre para evitar o desperdício de frutas, legumes e verduras. Entretanto, o ato de doar não prioriza a família. Por último, a comercialização não é um ato muito freqüente em Miguel Rodrigues. A venda só ocorre para os “maiores” cultivos de arroz, feijão e milho, e ela só é efetivada para suprir algumas necessidades da família como a compra de remédios, roupas, pagamento de dívidas. Fora desta situação, o costume é de se emprestar e não vender. Contudo, a comercialização não pressupõe relações impessoais. Pelo contrário, vende-se para conhecidos do próprio povoado ou para regiões vizinhas onde tem-se algum conhecido.

Para ARENSBERG e KIMBALL (1973) que fizeram um etnografia sobre a família na comunidade rural da Irlanda do Norte priorizando as relações de crédito, as relações comerciais baseadas nas ligações familiares, são uma ampliação dos sentimentos que mantém unidos os membros da família e são capazes de sobreviver a muitos fatores desagregadores. Tais relações que são vistas como uma extensão dos sentimentos envolvem, segundo os autores, as relações de reciprocidade dentro da família.

Assim sendo, percebeu-se que o ato de comercializar ou vender só ocorre para os cultivos do milho, arroz e feijão. Já o ato de doar, no sentido de não receber nada em troca, ocorre para os produtos de fruticultura e hortaliças, “... *porque dá muito.*” O ato de doar, conforme mencionado por POLANYI (2000:69) “... *é considerado como virtude, não aparece a suposta propensão a barganha, permuta ou troca.*”

A relação de troca entre os moradores de Miguel Rodrigues, ocorre, de um modo geral, periodicamente. A diferença está na forma de pagamento que é feito com o mesmo produto e na mesma quantidade, sem época certa para pagar, já que cada cultura tem seu período de safra. Entretanto, vale ressaltar, que o termo utilizado pelos moradores quando se referem às relações de troca é o empréstimo. Assim, as famílias emprestam determinados produtos quando alguém lhe solicita, como também, tem a liberdade de pedir emprestado. Os

principais produtos que são emprestados, mas que são pagos em um prazo indeterminado baseado na confiança, são as culturas do milho, arroz e feijão, em menor proporção, como também a mandioca, café e o amendoim.

A confiança é o principal fator para se emprestar algo, pois não se sabe quando a pessoa irá devolver o que foi emprestado. Entretanto, para a devolução o fator tempo não é o problema “... *o tempo não interessa, se tiver algum problema a gente espera.*” Este tipo de relação de troca ou de empréstimo, ocorre entre os próprios moradores, pois de acordo com um informante, “... *acho que é errado vender alguma coisa pra amigo ... prefiro emprestar depois ele me devolve.*” O relato deste informante revela que as relações de troca pessoais fortalecem ainda mais a integração da comunidade. Produtos como sal, fubá, óleo, sabão também estão inseridos na relação de troca/empréstimo, e são pagos com o mesmo produto e na mesma quantidade.

A forma de pagamento varia de acordo com a pessoa para quem se empresta. Em alguns casos, verificou-se que quando se empresta para parentes mais próximos, eles podem retribuir com roupas, sapatos etc. Já os vizinhos devem retribuir com o mesmo produto. A retribuição também é um fato que varia de pessoa para pessoa. Alguns não exigem retorno “... *não peço nada em troca*”. Mas na maioria dos casos o pagamento é efetuado. Sob este aspecto nenhum morador relatou o fato de ninguém ter feito o pagamento.

Para o casal que possui uma espécie de mercearia em Miguel Rodrigues, a forma de pagamento é feita mensalmente, ou seja, os moradores possuem uma caderneta no qual é anotado tudo que é comprado. No final do mês, o indivíduo paga sua conta. De acordo com o dono da mercearia, nem sempre o indivíduo possui dinheiro para quitar sua dívida. Nesse caso, ou o indivíduo paga metade da dívida com dinheiro, outra com galinha, milho, arroz, ou deixa uma parcela da dívida para pagar no próximo mês. Essa situação remete mais uma vez ao trabalho de ARENSBERG e KIMBALL (1973), por ser um fato comum pois o crédito representa uma estabilização das relações entre comerciantes e seus compradores. Para os autores, “ *o devedor reconhece o compromisso pagando parcelas da conta em intervalos determinados.*” Ou seja, é comum em Miguel

Rodrigues o indivíduo saldar sua dívida periodicamente, e depois iniciar uma nova dívida Assim, consistente com os estudos de Arensberg e Kimball, as relações sociais entre compradores e vendedores se mantêm estáveis.

Mauss, citado por CAILLÉ (1998) acrescenta ao afirmar que a dádiva – o que circula em prol do ou em nome do laço social – cria dívidas que não se anulam, desencadeando em um “endividamento mútuo positivo”. Positivo porque a relação social do grupo cria um clima de confiança e solidariedade. Assim, a dádiva constitui em uma espécie de “pacto” entre as pessoas o que estimula os atos de dar, receber e retribuir, não só em bens como em serviços, que é o caso da ajuda no trabalho da roça.

Um outro fator importante, foi o advento da implementação da UHE que uniu ainda mais os moradores de Miguel Rodrigues e os povoados rurais vizinhos que serão atingidos pela construção da barragem. Esse processo social, foi presenciado pela pesquisadora nas reuniões da AMABAF, entre o período de novembro de 2000 a fevereiro de 2001, que reunia grande parte da população a ser atingida, como também as pessoas que não são consideradas como atingidas pela ALCAN. Embora houvesse opiniões diferentes entre as pessoas presentes na reunião, todos procuravam solucionar o problema da barragem em prol da comunidade como um todo, deixando de lado alguns interesses individuais. Deste modo, os atingidos não agiam somente em função de seus interesses, mas também em função dos valores simbólicos que constituem sua história de vida. Em uma das reuniões, uma moradora mencionou que todos fazem parte de uma mesma família, e que por isso devem agir juntos e unidos a favor de seus direitos.. Durante as reuniões da AMABAF e nas entrevistas aplicadas aos moradores, verificou-se que a perda da terra para o plantio, da casa, a falta de liberdade para as crianças, o aumento de insetos, a perda de parentes e vizinhos que serão expropriados dentre outros, são os principais medos e prejuízos que a população enfrentará com o início da obra. As reuniões da AMABAF fortaleceram os povoados atingidos pela UHE de Fumaça, ao remeterem que é preciso ter força e união de toda a comunidade para lutarem pelos seus direitos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, tentou-se demonstrar como os pequenos produtores rurais do povoado de Miguel Rodrigues se reproduzem socialmente, em um contexto de intervenção externa na comunidade, ou seja, a implementação da UHE de Fumaça. De acordo com a literatura sobre as relações de troca e reciprocidade, verificou-se que os laços sociais entre os moradores garantem a sobrevivência da unidade familiar, assim como a reprodução social do povoado.

Mesmo sendo pequenos produtores rurais que dependem quase exclusivamente de mão-de-obra familiar e tem escassez ou falta de terras, eles conseguem se reproduzir por meio das relações de troca pessoais. No caso do povoado de Miguel Rodrigues e dos povoados mais próximos, a construção da UHE implica no agravamento da reprodução social, pois sem o acesso à terra, torna-se difícil a sobrevivência familiar. A dificuldade de se reproduzirem, não está atrelada com o mercado mercantilizado. Isto porque os pequenos produtores rurais não estão inseridos em uma atividade mercantilizada da produção de seus produtos.

Pode-se inferir que a falta de comercialização deve-se ao fato da baixa valorização econômica, pois a agricultura familiar não possui mecanismos de suporte econômico para se reequilibrar após um fracasso. Tais dificuldades encontradas pelos pequenos produtores não enfraqueceram a reprodução social

dos moradores de Miguel Rodrigues. Pelo contrário, conforme mencionado na revisão de literatura, a relação do comércio ocorre fora do espaço da reciprocidade, conforme explicado por Woortmann, citado por KIYOTA (1999):

“ O sítio, a colônia, a comunidade da Amazônia e mesmo a fazenda, são territórios de reciprocidade na medida em que são o espaço da troca, em sua oposição ao negócio e ao cativoiro.”

Vale ressaltar, que o ato de comercializar não é inexistente em Miguel Rodrigues, mas sim, apresenta um grau muito pequeno quando se comparado com a troca/empréstimo. Entretanto, poucas famílias que comercializam seus produtos, só comercializam aqueles plantados em maior quantidade (milho, arroz e feijão), ou em um caso extremo como a urgência de se obter dinheiro pra suprir determinadas despesas inesperadas. Fora isso, o excedente é destinado ao consumo familiar, a criação de animais fica estocado até o ponto que alguém venha solicitar. É aí que a troca/empréstimo ocorre. Para isto, a reciprocidade é um elemento fundamental, pois eu te ajudo na expectativa que em determinado momento (curto ou longo prazo), você me ajude.

Mesmo que os EIAs RIMAs caracterizem uma relação muito limitada dos pequenos produtores atingidos com o mercado, a interação entre os pequenos produtores com as relações de troca definem um modo de organização específica das unidades familiares, mesmo que, atualmente, o trabalho na roça apresente certas dificuldades fazendo com que alguns moradores de Miguel Rodrigues optem por atividades não-agrícolas. Mesmo assim, se não são os homens-maridos que trabalham no cultivo da terra, esta responsabilidade é repassada para a mulher-esposa.

A garantia da sobrevivência da família e a continuidade dela através dos filhos, é evidenciado pelas atividades não-agrícolas de alguns moradores, como também, das atividades agrícolas. Mesmo apresentando um número relativamente alto de atividades não-agrícolas exercidas pelos moradores, evidencia-se que a terra continua sendo a unidade mais importante da propriedade. Isto pode ser comprovado com o fato de que, mesmo que a geração mais nova – os filhos – privilegiem os estudos, os pais fazem questão do contato dos filhos com a terra. Isto mostra que a terra, para a geração mais velha, sempre

foi a fonte de sobrevivência da família. Não se trata de um mecânico enfraquecimento dos domínios tradicionais diante da crescente importância do Estado moderno, mas de um processo de complexificação e deslocamento desses domínios, alterando todo o quadro de vida social. Ou seja, uma adaptação do modo de vida tradicional às mudanças da modernidade.

A relação de reciprocidade entre os moradores de Miguel Rodrigues, demonstra que a troca não exige um quadro de relações sociais diferenciado da comercialização, já que o ato de comercializar, no caso de Miguel Rodrigues, ocorre também por meio das relações pessoais. Assim, a relação de troca ou empréstimo constitui um modo de estratégia familiar para a reprodução social do grupo. Pode-se inferir que as relações de confiança que caracterizam os laços de parentesco e amizade entre os moradores diminui o risco de um resultado negativo na troca, quando se comparada à comercialização mercantilizada. A evidência de tal fato pode ser constatada quando o pagamento de um empréstimo é feito sem compromisso de devolução. Ou seja, mesmo quando não há uma data definida para a devolução, os moradores estão certos que serão retribuídos mais cedo ou mais tarde. Os estritos laços de amizade e confiança presentes em Miguel Rodrigues, seja pelo advento da barragem ou não, fortalecem ainda mais o modo de organização da comunidade. Assim, os moradores de Miguel Rodrigues não apresentam comportamento econômico como dominante, pois a troca não é orientada pela racionalidade do ganho individual. As trocas não são impessoais, pois não se busca a maximização dos interesses pessoais. Em suma, verificou-se que o universo familiar/parentesco e vizinhança exercem uma dominância sobre outros aspectos da vida dos pequenos produtores rurais de Miguel Rodrigues.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALCAN Alumínio do Brasil. **UHE Fumaça. RCA – Relatório de Controle Ambiental**. Belo Horizonte: ESC, 1997. (v. 1: Informações gerais do empreendimento, diagnóstico e prognóstico ambientais: meios físico e biótipo).
- ALCAN Alumínio do Brasil. **UHE Fumaça. RCA – Relatório de Controle Ambiental**. Belo Horizonte: ESC, 1997. (v. 2: Diagnóstico e Prognóstico Ambientais: Meio Sócio-Econômico Cultural).
- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, ANFOCS, UNICAMP, 1992. 275 p.
- ARENSBERG, C., KIMBALL, S. Relações de crédito na Irlanda rural. In: DAVIS, S.H. (Org.). **Antropologia do direito: estudo comparativo de categorias de dívida e contrato**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. p. 86-100.
- BELSHAW, C.S. **Troca tradicional e mercado moderno: modernização de sociedades tradicionais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. 180 p.
- CAILLÉ, A. Nem holismo nem individualismo metodológicos: Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 38, p.5-37, 1998.
- CEMEA, M.M. **Putting people first: a sociological variables in rural development**. Washington: A World Bank, 1991. 575 p.

- CERQUEIRA, R.C. **Estratégia de integração agroindustrial: os agricultores familiares e a Aracruz Celulose na Zona da Mata mineira**. Rio de Janeiro: UFRRJ, 1993. 374 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agrícola) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1993.
- CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1998. 163 p.
- COSTA, S.M. **As redes da pesca: estratégias econômicas e formas de solidariedade entre os pescadores artesanais**. Viçosa, MG: UFV, 1999. 158 p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, 1999.
- DELGADO, G. **A experiência da previdência rural nos anos 90**. [01 set. 2001]. (<http://www.dataterra.org.br/semfome/papers/>).
- GLUCKMAM, M. Obrigação e dívida. In: DAVIS, S.H. (Org.). **Antropologia do direito: estudo comparativo de categorias de dívida e contrato**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. p. 25-56.
- GODBO UT, J.T. Introdução à dádiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 38, p. 40-50, 1998.
- KIYOTA, N. **Agricultura familiar e suas estratégias de comercialização: um estudo de caso no município de Capanema – Região Sudoeste do Paraná**. Lavras: UFLA, 1999. 149 p. Dissertação (Mestrado em Administração Rural e Desenvolvimento) – Universidade Federal de Lavras, 1999.
- KERBLAY, B. Chanovay and the theory of peasantry as a specific type of economy. In: SHANIN, T. **Peasants and peasant societies**. 1975. p. 150-160.
- LABURTHE-TOLRA, P., WARNIER, J.P. **Etnologia e antropologia**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1999. 469 p.
- LAMARCHE, H. **A agricultura familiar**. São Paulo: UNICAMP, 1993. 336 p.
- LAZZARINI, S.G., CHADDAD, F.R., NEVES, M.F. O conceito de capital social e aplicações para o desenvolvimento e estratégia sustentável. **Preços Agrícolas: Mercados e Negócios Agropecuários**, n. 163, p.10-13, 2000.
- MOURA, M.M. **Camponeses**. São Paulo: Ática, 1986. 78 p.
- MÜLLER, A.A.C. **Hidrelétricas, meio ambiente e desenvolvimento**. São Paulo: Markon Books, 1995. 412 p.

- PAIXÃO, M.L.G. **Variação na estrutura de poder conjugal em família rural ao longo do seu ciclo de vida familiar: microregião de Viçosa**. Viçosa, MG: UFV, 1994. 203 p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, 1994.
- PERES, F.C. Capital social: a nova estrela do crescimento econômico. **Preços Agrícolas: Mercados e Negócios Agropecuários**, n.163, p. 6-9, 2000.
- PERONDI, M.A. **As estratégias de reprodução de sítiantes no Oeste de Minas Gerais e colonos no Sudoeste do Paraná**. Lavras: UFLA, 1999. 166 p. Dissertação (Mestrado em Administração Rural e Desenvolvimento) – Universidade Federal de Lavras, 1999.
- POLANYI, K. **A grande transformação: as origens da nossa época**. 2.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000. 349 p.
- POLANYI, K. The economy as instituted process. In: GRANOVETTER, M., SWEDBERG, R. **The sociology of economic life**. Boulder: Westview, 1992. p. 29-52.
- PUTNAM, R.D. **Making democracy work: civic traditions in modern Italy**. New Jersey: Princeton University, 1994. 258 p.
- ROCHA, E.P.G. **Etnocentrismo**. São Paulo: Brasiliense, 1987. 93 p.
- ROTHMAN, F.D. **Estado, setor privado e populações locais: interação nos projetos de construção de barragens em Minas Gerais**. Viçosa: UFV, 1999. 48 p. Monografia (Apresentada como parte das exigências do PIBIC/FAPEMIG) – Universidade Federal de Viçosa, 1999.
- SALHINS, M. **Stone age economics**. New York: Aldine de Gruyter, 1972. 348 p.
- SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e pluratividade**. Porto Alegre, RS: UFRGS, 1999. 468 p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999.
- SMELSER, N.J., SWEDBERG, R. **The handbook of economic sociology**. New York: Russel Sage Foundation, 1994. 835 p.
- SMELSER, N.J. **A sociologia da vida econômica**. São Paulo: Pioneira, 1968. 219 p.
- SUÁREZ, M., LIBARDONI, M. **Mulheres e desenvolvimento agrícola no Brasil: uma perspectiva de gênero**. Brasília, DF: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 1992. 171 p. (Programa III).

- TEDESCO, J.C. (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 1999. 403 p.
- TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1995. 175 p.
- VELHO, G., CASTRO, E.B.V. **O conceito de cultura e o estudo de sociedades complexas: uma perspectiva antropológica**.
- VIEIRA, U.G. Conseqüências ambientais da barragem de Calhauzinho Araçuaí, Minas Gerais. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 8, 1998, Diamantina. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLR, 1998. v. 2, p.115-118.
- WOORTMANN, E.F. **Herdeiros, parentes e compadres**. Brasília: Universidade de Brasília, 1995. 336 p.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Tabela 1A - Composição sócio familiar dos moradores de Miguel Rodrigues

Nome	Idade	Escolaridade	Número de filhos	Origem	Ocupação principal	Ocupação secundária	Rendimento	Relação com a terra
José Maria	74 52	4. ^a série 1. ^a série	10	Cepotânea Lobo	Mexer a terra Cuidar da casa e do quintal	Carpinteiro Ajuda o marido na roça	R\$ 151,00	Proprietário
Alberto Maria	60 42	3. ^a série 4. ^a série	2	Miguel Rodrigues Diogo de Vasconcelos	Roça Cuidar da casa/ quintal	Pedreiro Costura	R\$ 151,00	Patrimônio da Igreja
Joaquim	39	4. ^a série	8	Miguel Rodrigues	Desempregado	Ajuda a esposa na lavoura Cuidar da casa	Não tem	Meeira
Zélia Sebastião	38 36	4. ^a série 4. ^a série	3	Miguel Rodrigues Macuco	Lavoura Ajudante (eletricista em BH)	Cuidar da casa Não tem	± R\$ 150,00	Proprietário
Cristina	27	3. ^a série		Coqueiro	Doméstica	Não tem		
José Maria	41 37	3. ^a série 3. ^a série	3	Rocinha Bicas	Roça Doméstica e ajuda o marido na roça	Não tem Não tem	Não tem	Patrimônio da Igreja
Vicente Maria	59 48	3. ^a série 3. ^a série	12	Miguel Rodrigues Miguel Rodrigues	Roça Doméstica e roça	Não tem Ajuda o marido na roça	Não tem	Meeira/Patrimônio da Igreja (casa)
Geraldo	32	2. ^a série	3	Fundão	Roça	Não tem	± R\$ 180,00 quando arruma	Meeiro
Sandra	23	4. ^a série		Ouro Preto	Cuidar da casa	Não tem	R\$6,00 por dia	
José Maria	69 66	1. ^a série 1. ^a série	1	Miguel Rodrigues Miguel Rodrigues	Aposentado Cuidar da casa	Não tem Roça	R\$ 280,00	Proprietário
Gilberto Maria	46 41	4. ^a série 5. ^a série	10	Miguel Rodrigues Miguel Rodrigues	Trabalha em sua venda Servente da escola e cuidar dos meninos	Pedreiro Não tem	R\$ 151,00	Proprietário e casa patrimônio da Igreja

Tabela 1A, Cont.

Nome	Idade	Escolaridade	Número de filhos	Origem	Ocupação principal	Ocupação secundária	Rendimento	Relação com a terra
Roque	47	4.ª série	2	Jacú	Aposentado (Indústria automobilística SP)	Ajuda irmãos na plantação	Não mencionou	Proprietário da herança da mãe que não foi dividida
Beth	49	3.ª série		Baia	Doméstica	Costura		
Benedito	46	3.ª série	3	Miguel Rodrigues	Roça	Não tem	Não tem	Meeiro
Maria	45	4.ª série		Miguel Rodrigues	Cuidar da casa e do quintal (horta)	Ajuda o marido na roça		
Walter	47	4.ª série	8	Barroca	Roça	Pedreiro	R\$450,00 (pedreiro)	Meeiro
Carmelita	46	2.ª série		Macuco	Cuidar da casa	Não tem		
Lúcio	52	3.ª série	3	Miguel Rodrigues	Cuidar do quintal	Não tem	R\$ 151,00 aposentado	Meeiro
Terezinha	47	3.ª série		Magalhães	Cuidar da casa	Não tem		
Antônio	44	3.ª série	3	Lobo	Olha o quintal e faz frete de carro	Não tem	R\$450,00	Proprietário (herança da mãe)
Margarida	40	4.ª série		Miguel Rodrigues	Funcionária pública (Posto de saúde)	Cuidar da casa	R\$350,00	
José	27	2.ª série	2	Miguel Rodrigues	Trocador de ônibus	Não tem	R\$120,00	Não tem
Zueli	22	5.ª série		Sabinópolis	Roça	Cuidar da casa	R\$4,00 p/ dia	
Benedito	37	2.ª série	6	Bicas	Servente em BH	Não tem	R\$ 151,00	Meeiro
Maria	32	3.ª série		Miguel Rodrigues	Cuidar da casa	Roça		
Raimundo	44	3.ª série	4	Miguel Rodrigues	Lavoura	Carpinteiro	R\$ 200,00	Proprietário
Elza	42	4.ª série		Acaiaca	Lavoura	Não tem		
Nelson	40	3.ª série	4	Gualaxo	Trabalha com pedra sabão	Cuida da hora e retira lenha	+R\$100,00	Meeiro
Maria	34	1.ª série		Miguel Rodrigues	Roça	Cuida da horta e retira lenha		
Elias	45	1.ª série	10	Miguel Rodrigues	Roça	Não tem		meeiro
Maria	43	nenhuma		Emboque	Roça	Cuidar da casa e dos filhos		
Antônio	75	2.ª série	8	Miguel Rodrigues	Roça	Não tem	R\$151,00	Meeiro
Lídia	56	2.ª série		Miguel Rodrigues	Cuidar da casa e da roça	Não tem	Aposentado por invalidez	

Tabela 1A, Cont.

Nome	Idade	Escolaridade	Número de filhos	Origem	Ocupação principal	Ocupação secundária	Rendimento	Relação com a terra
José Maria	64 69	4. ^a série 3. ^a série	3	Macuco Miguel Rodrigues	Cuidar da criação e da roça Cuidar da criação e da roça	Não tem Não tem	R\$ 151,00	Proprietário
Laércio Arlinda	30 27	3. ^a série 2. ^a série	2	Barro Branco Miguel Rodrigues	Ajudante de gás (BH) Roça	Não tem Faz faxina	R\$ 151,00 R\$5,00 p/ dia	Meeiro
Antônio (falecido) Anastácia	33	3. ^a série	5	Lobo	Não tem	Cuidar da casa	R\$ 151,00 (pensão do marido)	Mora de favor
Tarcísio Neuza	39 33	2. ^a série 4. ^a série	4	Piranga Miguel Rodrigues	Roça Doméstica	Carpinteiro Não tem	±R\$450,00 Quando o marido consegue trabalho o mês inteiro	Meeiro
Wilson Irene	34 36	4. ^a série Magistério	1	Barro Branco Ouro Preto	Lavoura Professora	Não tem Cuidar da casa/filhos	R\$300,00 R\$360,00	Proprietário
João Clara	21 23	5. ^a série 1. ^a série	Não tem	Mariana São Paulo	Roça Cuidar da casa	Às vezes vai p trabalhar em Mariana ou SP Não tem	Só quando vai trabalhar fora	Meeiro

APÊNDICE B



Figura 1B - Rua central do povoado de Miguel Rodrigues.



Figura 2B - Crianças do povoado de Miguel Rodrigues.



Figura 3B - Vista parcial do povoado de Miguel Rodrigues.



Figura 4B - Reunião da AMABAF realizada no dia 21/12/2000.



Figura 5B - Cemitério do povoado de Miguel Rodrigues.



Figura 6B - Moradia do povoado de Miguel Rodrigues.



Figura 7B - Igreja do povoado de Miguel Rodrigues.